

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
Política de Cotas e a Questão Racial**

JERUSA GAMA DOS SANTOS

**JUIZ DE FORA
2016**

Jerusa Gama dos Santos

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
Política de Cotas e a Questão Racial

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado pela acadêmica Jerusa Gama dos Santos ao curso de Administração da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof(a). Virgílio Cesar da Silva e Oliveira

JUIZ DE FORA
FACC/UFJF
2016

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, ao qual sempre me apeguei para enfrentar as dificuldades do dia a dia.

Agradeço aos meus pais Maria Antônia e Osvaldo, que mesmo não a oportunidade de estudar, possuindo apenas o ensino fundamental (até a 4ª série) sempre me incentivaram a fazê-lo, me proporcionando o que puderam para a realização deste sonho.

Agradeço à minha irmã Joice, por me ajudar como pode, pois na graduação qualquer ajuda é muito bem vinda.

Agradeço ao meu noivo David, por todo o apoio que me deu. Por me dizer todas as vezes, que pensei em desistir que eu iria conseguir e eis-me aqui agradecendo. De verdade, o meu muito obrigada!

Agradeço, ao meu orientador Virgílio, por ser esta pessoa tão paciente e centrada que é. Ajudou-me muito quando estava confusa e, este foi um fator norteador para que pudesse cumprir mais esta etapa. De verdade, o meu muito obrigada! Lembrarei de você sempre com muito carinho.

Agradeço aos meus familiares que me apoiaram a sua maneira, me dando forças para continuar esta caminhada. Esta vitória é nossa!

Agradeço em especial aos meus amigos mais íntimos, os que me acompanharam desde quando ingressei na universidade.

Agradeço à professora Izabel, pelo ensinamento e dedicação no aprendizado: sua ajuda foi muito importante para mim.

Agradeço, ao grupo Camila, Franciele, Jéssica Martins e Jéssica de Souza, que me acompanhou em praticamente todos os trabalhos em grupo, sem contar os estudos em grupo que foram imprescindíveis para a conclusão deste curso. Valeu mesmo, gente!

Agradeço aos meus colegas que sempre me desejaram sucesso.

Agradeço à banca avaliadora, Agatha e Beraldo, por aceitarem o meu convite tornando a conclusão deste válida.

Agradeço aos funcionários da FACC, que me orientaram quando precisei, dentre eles professores, membros da Secretaria, CEI, Xerox e, não menos importante, os responsáveis pela limpeza. Sem vocês, este sonho jamais se realizaria.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Termo de Declaração de Autenticidade de Autoria

Declaro, sob as penas da lei e para os devidos fins, junto à Universidade Federal de Juiz de Fora, que meu Trabalho de Conclusão de Curso é original, de minha única e exclusiva autoria e não se trata de cópia integral ou parcial de textos e trabalhos de autoria de outrem, seja em formato de papel, eletrônico, digital, audiovisual ou qualquer outro meio.

Declaro ainda ter total conhecimento e compreensão do que é considerado plágio, não apenas a cópia integral do trabalho, mas também parte dele, inclusive de artigos e/ou parágrafos, sem citação do autor ou de sua fonte. Declaro por fim, ter total conhecimento e compreensão das punições decorrentes da prática de plágio, através das sanções civis previstas na lei do direito autoral¹ e criminais previstas no Código Penal², além das cominações administrativas e acadêmicas que poderão resultar em reprovação no Trabalho de Conclusão de Curso.

Juiz de Fora, ____ de _____ de 2016.

Jerusa Gama dos Santos

¹ LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

² Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos: Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano ou multa.

ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ao 03 dia do mês de Agosto de 2016, nas dependências da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal de Juiz de Fora, reuniu-se a banca examinadora formada pelos professores abaixo assinados para examinar o Trabalho de Conclusão de Curso JERUSA GAMA DOS SANTOS, discente regularmente matriculado(a) no Bacharelado em Administração sob o número 201226016, intitulado A POLÍTICA DE COTAS E A QUESTÃO RACIAL. Após a apresentação e consequente deliberação, a banca examinadora se reuniu em sessão fechada, considerando o (a) discente

_____ (aprovado(a)/reprovado(a)). Tal conceito deverá ser lançado em seu histórico escolar quando da entrega da versão definitiva do trabalho, impressa e em meio digital.

Juiz de Fora, 03 de Agosto de 2016.

Prof. Virgílio César da Silva e Oliveira

Prof. Antônio Fernando Castro Alves de Beraldo

Prof. Agatha Justen Gonçalves Ribeiro

LISTA DE ABREVIATURAS

Associação Cultural do Negro	ACN
Bolsa Permanência	PBP
Coordenação de Acessibilidade Educacional, Física e Informacional	CAEFI
Conselho Superior	CONSU
Consolidação das Leis Trabalhistas	CLT
Constituição Federal	CF
Diretoria de Ações Afirmativas	DIAAF
Estados Unidos da América	EUA
Frente Negra Brasileira	FNB
Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis	FONAPRACE
Grupo de Estudos Preliminar da Ação Afirmativa	GEMAA
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	IBGE
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	IPEA
Laboratório de Cultura e Estudos Afro-Brasileiros	LEAFRO
Ministério da Educação	MEC
Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial	MNUDCR
Pesquisa de Emprego e Desemprego	PED
Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios	PNAD
Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)	
Plano Nacional de Assistência Estudantil	PNAES
Pró-Reitoria de Apoio Estudantil e Educação Inclusiva	PROAE
Pró-Reitoria de Cultura	PROCULT
Pró-Reitoria de Extensão	PROEX
Pró-Reitoria de Graduação	PROGRAD
Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência	PIBID
Restaurante Universitário	RU
Supremo Tribunal Federal	STF
Teatro Experimental do Negro	TEN
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	UERJ
União Negra Brasileira	UNB

Universidade Federal Rural da Amazônia	UFRA
Universidade Federal da Bahia	UFBA
Universidade Federal da Grande Dourados	UFGD
Universidade Federal da Paraíba	UFPB
Universidade de Brasília	UnB
Universidade Federal de Alagoas	Ufal
Universidade Federal de Juiz de Fora	UFJF
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC
Universidade Federal de Santa Maria	UFSM
Universidade Federal de São Carlos	UFSCar
Universidade Federal de São Paulo	Unifesp
Universidade Federal do ABC	UFABC
Universidade Federal do Espírito Santo	Ufes
Universidade Federal do Maranhão	UFMA
Universidade Federal do Pampa	Unipampa
Universidade Federal do Pará	UFPA
Universidade Federal do Paraná	UFPR
Universidade Federal do Piauí	UFPI
Universidade Federal do Recôncavo Baiano	UFRB
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS
Universidade Federal do Tocantins	UFT
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	UTFPR

LISTA DE FIGURAS

1 População por faixas de renda mensal per capita familiar (RPCF) em múltiplos do salário mínimo de setembro de 2012, segundo cor ou raça (Brasil, 2001 e 2012).....	17
2 Taxas de desemprego, por raça/cor, segundo tipo Região Metropolitana de São Paulo – 2011-2012.....	19
3 Distribuição dos ocupados, por setor de atividade econômica, segundo raça/cor Região Metropolitana de São Paulo – 2012.....	20
4 Distribuição dos ocupados nos serviços, por subsetor, segundo raça/cor Região Metropolitana de São Paulo – 2012.....	21
5 Desocupados sobre a PEA com 16 anos de idade ou mais segundo cor ou raça (Brasil, 2001 e 2012).....	22
6 Distribuição da população com 16 anos de idade ou mais segundo a posição na ocupação por cor ou raça (Brasil, 2001 e 2012).....	23
7 População com 15 anos de idade ou mais, segundo cor ou raça e faixa de anos de estudo concluídos (Brasil, 2001 e 2012).....	25
8 Cobertura e escolarização líquida segundo cor ou raça (Brasil, 2001 e 2012).....	26
9 Moradias adequadas segundo cor ou raça do chefe do domicílio e localização do domicílio (Brasil, 2001 e 2012).....	27
10 Cálculo do Número Mínimo de Vagas.....	36

LISTA DE GRÁFICOS

1 Ingressantes na UFJF, 2006-2012, percentuais segundo as cotas.....	45
2 Resumo das principais dificuldades relatadas por formas de estrutura da UFJF para o enfrentamento de dificuldades.....	61

LISTA DE QUADROS

1 Relação de Instituições de ensino e seus percentuais de vagas para cotistas.....	34
2 Resumo das principais dificuldades relatadas por formas de estrutura da UFJF para o enfrentamento de dificuldades.....	61

LISTA DE TABELAS

1 Tabela de Distribuição das Populações Negras e Não Negras por Faixa de Renda.....	18
2 Racismo Institucional? Indicadores Seleccionados.....	28
3 Frequência de alunos da UFBA por categoria de seleção e ano.....	42
4 Escore final médio do vestibular e nota média semestral por ano.....	43
5 Nota média por semestre de 2010 a 2012.....	44
6 Alunos ingressantes, 20016-2011, e status em dez/2011.....	46

RESUMO

A discussão a cerca da política de cotas teve início no final da década de 1990, concretizando-se nos anos 2000, nas universidades brasileiras. A Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) a adotou oficialmente no ano de 2006, através de critérios de seleção tanto relacionados à classe quanto a raça. Estes foram inclusive propulsores de diversas discussões a favor ou contra a implantação da política de cotas. E elas foram muito diversificadas e intensas, a respeito das percepções relacionadas aos métodos dotados, pela instituição de ensino. Porém, outras discussões sobre percepções, tão ou mais importantes, não tiveram a mesma intensidade, principalmente as das dificuldades do universitário cotista negro, em sua permanência na graduação. Desta forma, o presente trabalho se propôs a reconhecer e analisar, a partir da percepção dos alunos da UFJF, as dificuldades já referidas, enfrentadas por negros cotistas para permanecerem, na universidade. Tal objetivo impulsionou outros três objetivos específicos como: reconhecer, a partir da revisão bibliográfica, as características socioeconômicas do universitário cotista; identificar, na perspectiva de negros cotistas, graduandos da UFJF, as principais dificuldades de natureza econômica, pedagógica e relacional, para sua permanência na universidade e; analisar tais dificuldades, relacionando-as às iniciativas de apoio estudantil da UFJF. Para isto, foi realizada uma pesquisa documental, que perpassava por aspectos históricos, econômicos e sociais da população negra no Brasil, o panorama da política de cotas, junto a argumentações favoráveis e desfavoráveis a cerca da implantação da política, em si traçando também o perfil demográfico do aluno cotista; encerrando a parte teórica com uma discussão a cerca das principais dificuldades do cotista para permanecer na faculdade a partir da literatura e, as formas de incentivo ao aluno cotista promovidas pelas instituições de ensino. Após esta, foi adotada por metodologia uma pesquisa semiestruturada na qual se utilizou, além da pesquisa documental, de entrevista a seis alunos, todos ingressos através do sistema de cotas raciais da UFJF, na qual buscou-se identificar quais suas principais dificuldades para se manterem na universidade. Constatou-se que possuem de fato, pelo menos mais de uma natureza (econômica, pedagógica e relacional) nas quais se destacam dificuldades ligadas a transporte (natureza econômica) e a deficiência de base em disciplinas quantitativas devido à formação que estes alunos tiveram antes de ingressarem na UFJF (natureza pedagógica). Além disto, destaca-se por partes dos entrevistados a ineficiência da política de auxílio promovida pela UFJF mais conhecida para tentar minimizar este quadro de dificuldades: a política de apoio estudantil, que foi considerada além de demasiadamente burocratizada, pouco criteriosa. Em resposta a estes questionamentos, temos em vista a implementação de projetos discutidos por veículos como o Regimento Acadêmico da Graduação (RAG/UFJF) a fim de solucionar tais disparidades que até o presente momento ainda não se concretizaram. Considerando o estudo em questão, seria interessante para uma das pesquisas futuras a busca, por exemplo, de uma contrapartida mais enfática, da política de apoio estudantil em relação às insatisfações dos universitários como, por exemplo, busca de fatores que contribuam a sua não efetividade, tornando-se até uma espécie de justificativa para a não resolução de problemas.

Palavras-Chave: Apoio Estudantil. Cotas. Cotista Negro. UFJF.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS, SOCIAIS E ECONÔMICOS DOS NEGROS NO BRASIL	12
2.1.1 Aspectos Históricos Dos Negros No Brasil.....	12
2.1.2 Aspectos Econômicos Dos Negros No Brasil.....	16
2.1.3 Aspectos Sociais Dos Negros No Brasil.....	24
2.1.3.1 Mito Da Democracia Racial.....	30
2.2 COTAS ÉTNICO-RACIAIS NA UNIVERSIDADE BRASILEIRA.....	32
2.2.1 Panorama Das Cotas Na Universidade Brasileira.....	32
2.2.2 Argumentos Favoráveis E Desfavoráveis Em Relação A Política De Cotas.....	37
2.2.2.1 Argumentos Favoráveis A Política De Cotas.....	38
2.2.2.2 Argumentos Desfavoráveis A Política De Cotas.....	39
2.2.3 "Primeiras Conclusões" Sobre A Relação Cotas X Desempenho Acadêmico.....	43
2.3 O ALUNO COTISTA.....	47
2.3.1 Perfil Demográfico Do Aluno Cotista.....	47
2.3.2 Principais Dificuldades Dos Cotistas Para Manterem-se Na Graduação De Acordo Com A Literatura.....	48
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	51
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	53
4.1 O PERFIL SOCIOECONÔMICO DO ALUNO OS RESPONDENTES.....	53
4.2 DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS DIFICULDADES DOS UNIVERSITÁRIOS COTISTAS DA UFJF.....	54
4.3 ANÁLISE DAS PRINCIPAIS DIFICULDADES DOS UNIVERSITÁRIOS COTISTAS DA UFJF.....	55
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS.....	65
APÊNDICE : ROTEIRO DE ENTREVISTA	

1 INTRODUÇÃO

A política de cotas, nos processos seletivos para o ensino superior, demorou ser implantada no Brasil. Isto se deve ao fato de que desigualdade social e racial também levou tempo a ser admitida em nosso país. Assim também a luta pela igualdade de direitos e oportunidades demorou a se concretizar em ações sociais e políticas de inclusão, tanto na educação, como em outras áreas.

As relações e os conflitos, entre os diversos segmentos sociais que formaram o povo brasileiro, não eram claras. Até mesmo o reconhecimento da existência de uma considerável porcentagem de negros e/ou afrodescendentes, na população brasileira, custou a se refletir nos resultados dos censos oficiais. O racismo permanece ainda, em muitas situações, sendo negado e ignorado e, em grande dos casos, impune.

Hasenbalg (1979, p. 30) afirmou que “o racismo após o fim da escravidão implicou no desajustamento psicológico, cultural, social e econômico de um grupo historicamente oprimido”. E para Fernandes (1971, p. 126) não houve nenhuma preocupação com a integração socioeconômica das vítimas diretas ou indiretas do cativo, os negros e seus descendentes.

Conseqüentemente, a formação de grupos e instituições, que lutassem pelos direitos, também tardou. Assim, esse segmento social, por longo tempo permaneceu à margem do crescimento e do desenvolvimento em geral do país, inclusive do acesso a uma educação de qualidade e à oportunidade de profissionalização adequada aos novos tempos.

É possível afirmar, então, que as leis de proteção, as ações afirmativas e a política ainda não se efetivaram, de modo a provocar uma verdadeira inclusão. Por serem recentes, se comparadas a outras de mesmo cunho, ainda permanecem mais no discurso que na prática, mesmo nas instituições, entidades e empresas onde fazem parte dos mecanismos de seleção.

A Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) adota o sistema de cotas há pouco mais de dez anos. Em 4 de novembro de 2004, foi aprovada pelo Conselho Superior (CONSU), a Resolução nº. 16/2004³, que tratou do início dessa adoção, para o ingresso nessa universidade, por esse sistema.. Em outra reunião, em 24 de fevereiro de 2005, foram discutidas e detalhadas as condições em que se daria essa implantação. Em seguida, a

³ A Resolução 16/2004 aprova o relatório da comissão sobre a adoção do sistema de cotas na UFJF. Para maiores informações favor consultar. <http://www.ufjf.br/copese/files/2015/09/Res-16-2004.pdf>

Resolução nº. 05/2005⁴ regulamentou a Resolução nº16/2004, e, finalmente, o sistema foi adotado e, começou no vestibular para o ano seguinte (BERALDO,2015).

Entretanto, parece que ainda não há uma visão mais concreta das reais dificuldades de manutenção, na graduação, dos alunos cotistas. Como estes lidam com condições adversas, elas podem originar déficits de formação em áreas básicas. As instituições de ensino superior nem sempre se mostram aptas a lidar com esse contexto. Portanto, as dificuldades dos alunos podem apresentar natureza diversa, passando por questões econômicas, pedagógicas e outras..

O presente trabalho orienta-se pelo seguinte problema de pesquisa: *quais são, na perspectiva dos universitários negros cotistas, as principais dificuldades por eles enfrentadas para se manterem na universidade?*

O seu objetivo geral é reconhecer e analisar, a partir da percepção dos alunos da Universidade Federal de Juiz de Fora, as principais dificuldades enfrentadas por negros cotistas para se manterem na universidade.

Os objetivos específicos do estudo são:

- reconhecer, a partir da revisão bibliográfica, as características socioeconômicas do universitário cotista;
- identificar, na perspectiva de negros cotistas, graduandos da UFJF, as principais dificuldades de natureza econômica, pedagógica e relacional, para sua permanência na universidade;
- analisar tais dificuldades, relacionando-as às iniciativas de apoio estudantil da UFJF.

Conferem relevância ao estudo, ao menos, dois argumentos. O primeiro diz respeito ao fato da permanência do estudante cotista ser analisada, a partir da perspectiva do discente, ou seja, do beneficiário das políticas públicas de acesso e manutenção do estudante na universidade. O segundo passa pela oportunidade de análise e crítica das ações empreendidas pela Universidade Federal de Juiz de Fora em contraposição às dificuldades relatadas. Espera-se, portanto, ainda que modestamente, contribuir para a adequação de esforços institucionais.

O estudo encontra-se organizado outras 5 seções, além desta introdução. A seção 2 apresenta o referencial teórico iniciando com aspectos históricos, econômicos e sociais dos negros no Brasil, seguido do panorama da política de cotas no Brasil; argumentos favoráveis e desfavoráveis à política de cotas e primeiras conclusões sobre a relação cotas versus

⁴ A Resolução 05/2005 disciplina o suposto na resolução 16/2004 do Conselho Superior e dá providências. Para maiores informações favor consultar <http://www.ufjf.br/copese/files/2015/09/Res-05-2005-CONSU1.pdf>

desempenho acadêmico; e por fim o perfil demográfico do aluno cotista e suas principais dificuldades para permanecer na faculdade, de acordo com a literatura. A seção 3 detalha os procedimentos metodológicos, bem como o tipo de pesquisa adotada. A seção 4 expõe resultados e discussão a partir da pesquisa realizada. A seção 5 apresenta as considerações finais acerca do trabalho realizado e, por último, a seção 6 apresenta as referências bibliográficas para a realização do mesmo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para compreensão deste, onde será analisada a situação dos universitários cotistas negros, no contexto brasileiro, é necessário estudar a essência de ser negro, com suas condições sociais construídas de modo assimétrico desde a sua origem, nos parâmetros atuais dos contextos histórico, econômico e social, sendo relevante discutir a respeito do papel deste segmento étnico do povo brasileiro.

2.1 Aspectos Históricos, Econômicos e Sociais Dos Negros No Brasil

Os tópicos, a seguir, detalharão aspectos históricos, econômicos e sociais dos negros no Brasil, desde sua inserção na sociedade brasileira, até o momento atual, explicitando também sua representatividade populacional como um todo.

2.1.1 Aspectos Históricos Dos Negros No Brasil

Presume-se que os primeiros africanos chegaram ao Brasil entre 1516 e 1526, porém, a partir de meados do século XVI, iniciou o afluxo de africanos para a Colônia. Sequestrados de sua terra natal e trazidos como escravos para a América, os africanos tiveram a sua vida e o seu destino associados a um terrível sistema de exploração do homem pelo homem. Explorados economicamente, não contavam senão como instrumento de trabalho e capital (FERNANDES, 1971).

O sistema escravista foi uma experiência crucial para negros, visto que os europeus, convencidos de sua superioridade, tinham um total desprezo pelo mundo negro, apesar de todas as riquezas que dele tiraram. A necessidade de manter a dominação por suas vantagens econômicas e psicossociais levaram defensores da situação colonial a recorrerem não somente à força bruta, mas a outros recursos de controle, como o de desfigurar completamente a personalidade moral do negro e suas aptidões intelectuais (MUNANGA, 1988).

Assim sendo, nota-se que a condição do negro no território brasileiro enquanto indivíduo, praticamente inexistia, visto que de acordo com Munanga (1988), possuía utilidade apenas como força de trabalho, muitas vezes subcategorizados, nos quais não se faziam necessários nem a utilização nem o desenvolvimento de suas capacidades cognitivas e/ou psicossociais, ao passo em que no período escravista, constituía-se basicamente por exercícios de cultivo, nos quais essas capacidades eram inicialmente dispensáveis.

As políticas de apoio e incentivo do Governo brasileiro, dados aos imigrantes europeus não aconteceram para os negros recém-libertos do sistema escravocrata, que foram segregados para as regiões menos desenvolvidas e setores subalternos de trabalho, aglomerando-se nas posições subordinadas da estrutura de classes do sistema de estratificação social (HASENBALG, 1979, p. 197). Desta maneira, percebe-se que o processo de imigração no Brasil dado por alemães, italianos, japoneses, dentre demais imigrantes, advindos principalmente com o fim da escravidão brasileira ao mundo do trabalho, contribuiu para a perpetuação das desigualdades, ao passo que desde o período pós-escravidão, a sociedade brasileira já não acolhia a população negra da mesma maneira que as demais.

No momento em que o processo imigratório trouxe consigo mão de obra, quando não especializada, mais barata, o negro que já habitava a nação ficou praticamente sem lugar e, os postos que lhe competiam foram, praticamente, aqueles em que já ocupavam anteriormente, pelo fato da imigração ter trazido o conhecimento técnico necessário à época, não coube aos negros outra opção, principalmente após o período escravocrata, a não ser de trabalharem no que já estavam habituados, ainda mais por competirem com as forças de trabalho estrangeira e não negra:

Nesse sentido, o “estrangeiro” aparecia, aí, como *a grande esperança nacional* de progresso por saltos. Nos demais setores, imperavam as conveniências e as possibilidades, escolhidas segundo um senso de barganha que convertia qualquer decisão em “ato puramente econômico”. Desse ângulo, onde o “imigrante” aparecesse, eliminava fatalmente o pretendente “negro” ou “mulato”, pois entendia-se que ele era o *agente natural* do trabalho. (Fernandes, 1978).

Desta forma, percebe-se que não restou alternativa à população negra senão ofertar sua força de trabalho nas funções, que já exercia na época da escravidão, especialmente sob uma política de “branqueamento” social, inferindo em substituição dessa população pela não negra:

O período subsequente de domínio republicano teve consequências catastróficas para a população negra, que, particularmente no estado de São Paulo, sofreu uma exclusão tripla das camadas dominantes da vida nacional. As práticas formais e informais da República negaram a participação política a praticamente toda população. O esforço para refazer o Brasil à imagem da Europa, e a doutrina do branqueamento, excluía intencionalmente os afro-brasileiros desta nova sociedade republicana que estava se estabelecendo. E as políticas trabalhistas do governo do estado de São Paulo barraram a participação dos afro-brasileiros na economia que rapidamente se desenvolvia. (Andrews, 1998)

Tal afirmativa confirma-se, segundo os dizeres de Clóvis Moura (1994), a respeito do período após a abolição:

“[...] houve um período no qual o negro não encontrava possibilidades de se integrar economicamente e encontrar a sua identidade étnica de forma não fragmentada e confusa. Daí uma fase onde ele, como elemento mais onerado no processo de passagem da escravidão para o trabalho livre, desarticulou-se social, psicológica e culturalmente [...]” (Moura, 1994).

Apesar da Abolição da Escravatura ter ocorrido de modo oficial, sob a Lei Áurea nº 3353 de 13 de maio de 1888, o negro continuou sofrendo os efeitos da escravidão, sendo as mais explícitas aquelas que configuram a continuidade da escravidão, até pelo menos meados da década de 1920, devido ao fato de que sem opções de emprego, ocasionadas pelos mais variados motivos como, por exemplo, a presença de imigrantes, em destaque os europeus, muitos negros continuaram a servir seus senhores (PRADO JÚNIOR, 2006).

Assim, faz-se importante ressaltar que viviam sob condições de trabalho insalubres. Estas desigualdades dão-se, não somente por uma questão de preterimento de raças, mas sim por uma aceitação dessa exclusão, pela sociedade como um todo. Isto implica em dizer que houve uma naturalização imperceptível de subordinação de negros a não negros, advinda muitas vezes por ambas as partes. Ou seja, uma existência de um racismo contumaz, porém implícito e tacitamente praticado, por todos os segmentos étnicos da população (HASENBALG 1979 e FERNANDES 1971).

Desta forma, como meio de reação às opressões sofridas pela população negra têm-se o aparecimento, de maneira mais enfática a partir da década de 1930, de movimentos de afirmação da representatividade da população negra no país, buscando de certa forma uma espécie de compensação às ocorrências históricas como forma de justiça, tais como segundo a Imprensa Negra, tendo início por Menelik em 1915, mas fortemente na década de 1930 até 1963, na qual objetivava ser um veículo de formação e informação da população negra, por serem banidos também do direito a imprensa não negra (BARROS, 2003).

A Frente Negra Brasileira (FNB), criada em 1931, que seria o primeiro grande movimento negro, inserido no campo político, a ter dimensão nacional. Criada sob os efeitos da crise de 1929, trazia promessas de fazer valer os direitos da população negra a âmbito nacional, algo que era até então descartado pela sociedade em si. Era organizada por uma rígida hierarquia, na qual o presidente escolhido chefiava as decisões. Tinha como características mais marcantes; a busca por integração social, a defesa da pátria e a “redenção da raça”, no sentido de ascensão social, através da educação e do bom comportamento (BARROS, 2003).

Após o fechamento da FNB em 1937, surgiu em substituição a União Negra Brasileira (UNB), que segundo BARROS (2003), deixou de existir na época da ditadura militar

brasileira por repressão e violência advinda do estado. Em 1944, surge o Teatro Experimental do Negro, mais conhecido como TEN, que de acordo com seu fundador, Abdias do Nascimento:

“[...] não nasceu para ser apenas uma reação contra a exclusão do negro no teatro. Ele foi imaginado como frente de luta, então deveria ter várias ramificações e, vários setores a serem atingidos por uma ação transformadora de nossa realidade. Por isso o TEN é também uma continuação das lutas da Frente Negra, mesmo mantendo uma identidade própria. O diferencial é que o TEN não queria saber de integração.” (Nascimento, 2003).

O TEN também influenciou a imprensa, publicando o jornal *Quilombo* e organizando o Instituto Nacional do Negro, procurando “imprimir às suas atividades um conteúdo de elite cultural negra. Sob sua influência foi convocada a Conferência Nacional do Negro, em 1949.” (Moura, 1992)

Com o fim do TEN, surge em 1945, no Rio de Janeiro, o Comitê Democrático Afro-Brasileiro trazendo como principais propostas da convocação de uma assembleia constituinte: liberdade da palavra escrita e falada; liberdade de agremiação; reconhecimento do direito de greve; autonomia sindical, assistência ao trabalhador rural; liberdade de culto às religiões afro-brasileiras; ensino gratuito; punição às empresas que fazem seleção racial; abolição das seleções raciais e de cor na diplomacia; abolição da seleção de cor nas escolas militares; e criação de escolas de alfabetização em todo território nacional. Posteriormente, em 1954, em São Paulo, surge a Associação Cultural do Negro (ACN), que promovia, dentre outros, departamentos de recreação, cultura, esporte, estudantil e feminino como formas de incentivo à população (BARROS, 2003).

As dificuldades oriundas do golpe militar e, o recrudescimento da ditadura, principalmente a partir de 13 de dezembro de 1968, com o Ato Institucional nº 5 – AI-5 – interromperam em grande parte as iniciativas dos movimentos negros, inclusive as discussões acerca de questões político-ideológicas, cujo debate florescia em muitas destas organizações (BARROS, 2003).

Desta forma, a atuação dos movimentos negros ficou adormecida até meados de 1978, sendo então, pouco mencionado no período compreendido. Após este intervalo de dez anos, em junho de 1978, foi fundado o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUDCR) como resultado de experiências anteriores e da consciência de que a luta não deveria estar calcada na ideia de integração social e nem na fase anterior, das denúncias, mas

a população negra deveria engajar-se na luta pela própria superação das estruturas que permitiam a discriminação e a marginalização do negro no Brasil (Barros,2003).

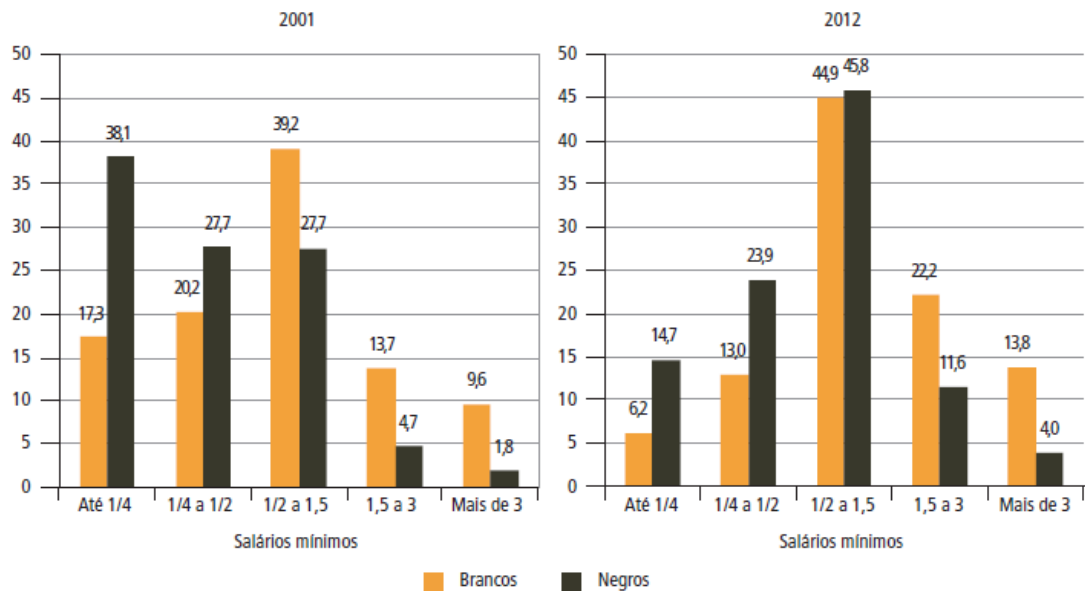
Outro ponto que merece destaque refere-se a criação da lei 10.639 de 9 de Janeiro de 2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/Lei 9.394/96, (BRASIL, 1996) e torna obrigatório o estudo sobre a cultura e história afro-brasileira e africana nas instituições públicas e privadas de ensino. Foi instituída no governo do então recém-empossado presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, que acatou as reivindicações do Movimento Negro, que há muitos anos lutava para que o Estado reconhecesse o racismo à brasileira e derrubasse a ideia de democracia racial que, por muito tempo, povoou o imaginário social brasileiro (SILVA, 2012).

Os anos seguintes, foram caracterizados por lutas infindas buscando a legitimação do negro na sociedade, como a atuação mais enfática de militantes, ou seja, aqueles que lutam por seus ideais, neste caso contra a discriminação racial e a criação posterior da política de ações afirmativas, dentre elas a política de cotas nas universidades brasileiras, temáticas estas abordadas nos tópicos subsequentes.

2.1.2 Aspectos Econômicos Dos Negros No Brasil

Este tópico inicia-se por uma comparação feita entre os anos de 2001 e 2012, pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, juntamente ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, no qual comparara as populações negra e não-negra por renda *per capita*. A escolha destes anos segundo o instituto deve-se ao fato de que o ano de 2001 marca o início do milênio e o ano de 2012 corresponde ao ano de publicação do livro, logo as informações mais recentes da pesquisa. A figura 1 mostra a população por faixas de renda mensal per capita familiar, em setembro de 2012:

Figura 1 População por faixas de renda mensal *per capita* familiar (RPCF) em múltiplos do salário mínimo de setembro de 2012, segundo cor ou raça (Brasil, 2001 e 2012)



Fonte: IPEA(2014)

A figura 1 mostra que os negros possuem nível de renda *per capita* familiar menor que os brancos, sendo mais numerosos nas faixas de rendimento com menos de $\frac{1}{2}$ salário mínimo de renda mensal *per capita* familiar. Apesar das disparidades entre negros e brancos em relação à renda *per capita*, existem aspectos positivos, a destacar: os negros deixaram de estar concentrados majoritariamente entre os mais pobres. A parcela com menos de 0,5 salário mínimo passou de 65,8%, em 2001, para 38,6%, em 2012, uma redução muito significativa, embora ainda sejam maioria entre os pobres. O total de brancos nesta faixa de renda era de 19,2% em 2012(IPEA,2012).

Nota-se que houve melhoria significativa a todas as faixas de um modo geral independentemente da cor/raça, ao passo que as faixas compreendidas entre os menores salários reduziu-se consideravelmente. Porém, não se pode deixar de observar que a população negra encontra-se em maior proporção nas menores faixas de salário, ou seja, de até $\frac{1}{4}$ salários mínimos, de $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$ salários mínimos e levemente acentuada na faixa de $\frac{1}{2}$ a 1,5 salários mínimos. À medida que estas faixas se elevam indo de $\frac{1}{2}$ a 3 salários mínimos ou ultrapassando 3 salários mínimos, vê-se que a população branca continuou ocupando-as numa proporção em mais de 60% superior a população negra tanto no ano de 2001 quanto em 2012.

Outro ponto observado refere-se a concentração de renda por cor/raça. Utilizou-se para tanto, na tabela 1, uma ilustração da concentração de renda de acordo com raça/cor juntamente ao aumento da concentração de renda por faixa:

Tabela 1 de Distribuição das Populações Negras e Não Negras por Faixa de Renda

Percentis de Renda da População em geral	% da População Negra em Cada Percentil de Renda	% da População Não Negra em Cada Percentil de Renda
10% mais pobres	11,66	5,41
10% a 25%	32,77	20,96
25% a 50%	10,85	9,21
50% a 75%	25,34	27,23
75% a 90%	12,58	19,37
10% mais ricos	6,80	17,82
	100,00	100,00

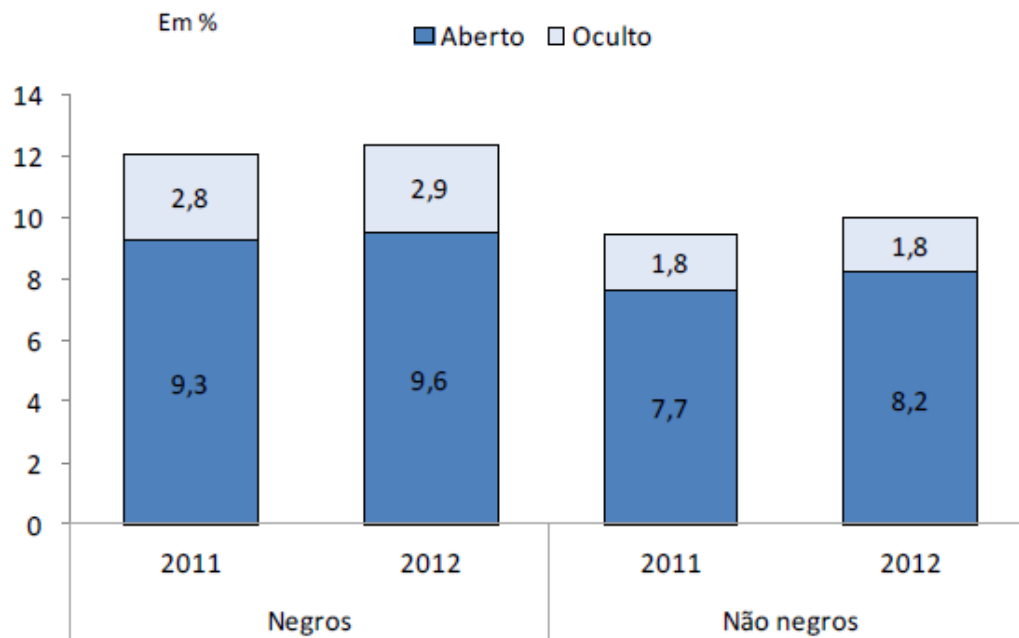
Fonte: Cerqueira, Moura (2013).

No Brasil, o negro ainda hoje é representado de modo pejorativo nos estratos sociais de menor renda, conforme a tabela 1 deixa assinalada. Tal fato possui raízes históricas que remetem à escravidão. Com a abolição da escravatura e tendo sido os afrodescendentes lançados à própria sorte, deu-se início a um duplo processo de discriminação, que ajuda a explicar a persistência da pobreza concentrada nos negros. Por um lado, a discriminação econômica se deu pela transmissão intergeracional do baixo capital humano, em face de inexistentes políticas inclusivas (no sentido de equidade), reflexo das preferências elitistas do Brasil colônia, que tornava a escola um espaço para poucos e brancos (Cerqueira e Moura,2013).

Na figura acima, observa-se algo interessante: à medida que os percentis de renda da população em geral se elevam, os percentuais da população negra diminuem, ao passo em que ocorre o oposto com a população não negra, ou seja, a maior concentração de renda encontra-se sob posse da população não negra ao passo em que a menor concentração de renda, encontra-se, e em proporção significativa inserida na população negra.

A Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, em 2015, buscou ilustrar, na figura 2, utilizando a região metropolitana de São Paulo nos anos de 2011 e 2012, a concentração de indivíduos negros e não-negros que estão a procura de emprego, juntamente aos que estão ocupando cargos fragmentando-se por cor/raça:

Figura 2 Taxas de desemprego, por raça/cor, segundo tipo Região Metropolitana de São Paulo – 2011-2012

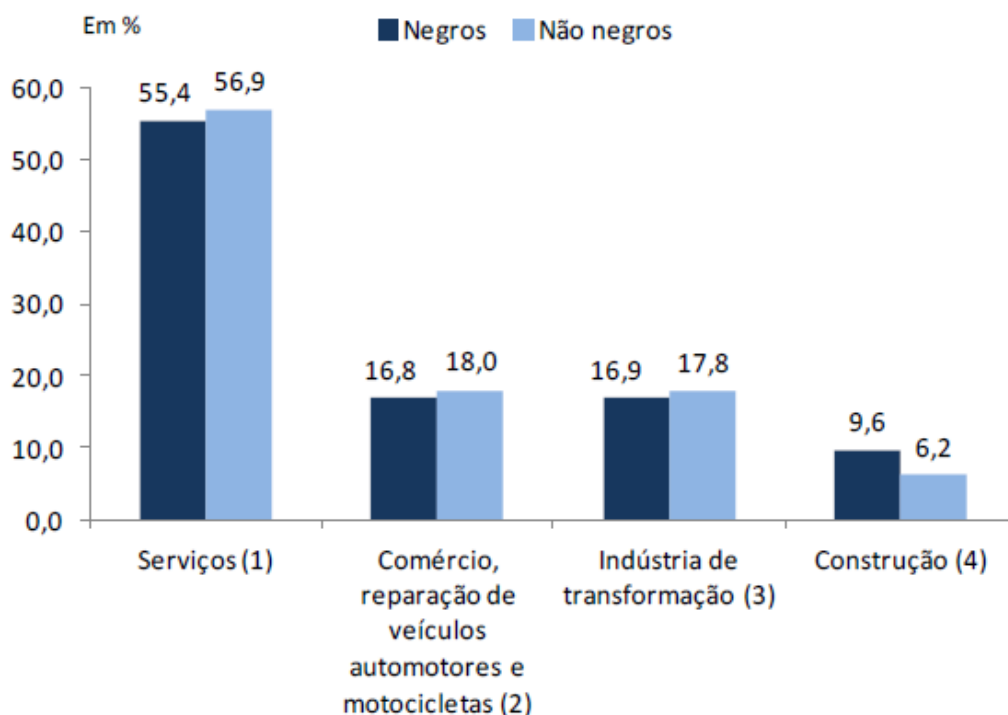


Fonte: PED (2013)

De acordo com a figura 2 a maior proporção de desempregados entre os negros reflete-se nas diferenças entre sua taxa de desemprego e a dos não negros, o mesmo ocorrendo com as duas componentes, as taxas de desemprego aberto e oculto (PED,2013). É possível observar, que a população negra ocupa as menores concentrações de renda, e também detém dos maiores índices de desemprego. Por mais uma vez pode-se perceber que ascensões para ambas as populações (negra e não-negra), em relação a aumento ou diminuição de faixa dependendo do contexto.

Neste caso, houve em ambas as faixas um ligeiro aumento da taxa de desemprego de um período para outro, entretanto, pode-se visualizar que a assimetria persiste: a população negra continua situada nas faixas mais vulneráveis de renda, riqueza e desemprego. No que diz respeito aos que possuem ocupação, de acordo com a figura 3, relativa a distribuição dos ocupados por setor de atividade econômica, segundo raça/cor:

Figura 3 Distribuição dos ocupados, por setor de atividade econômica, segundo raça/cor Região Metropolitana de São Paulo - 2012



Fonte: PED (2013)

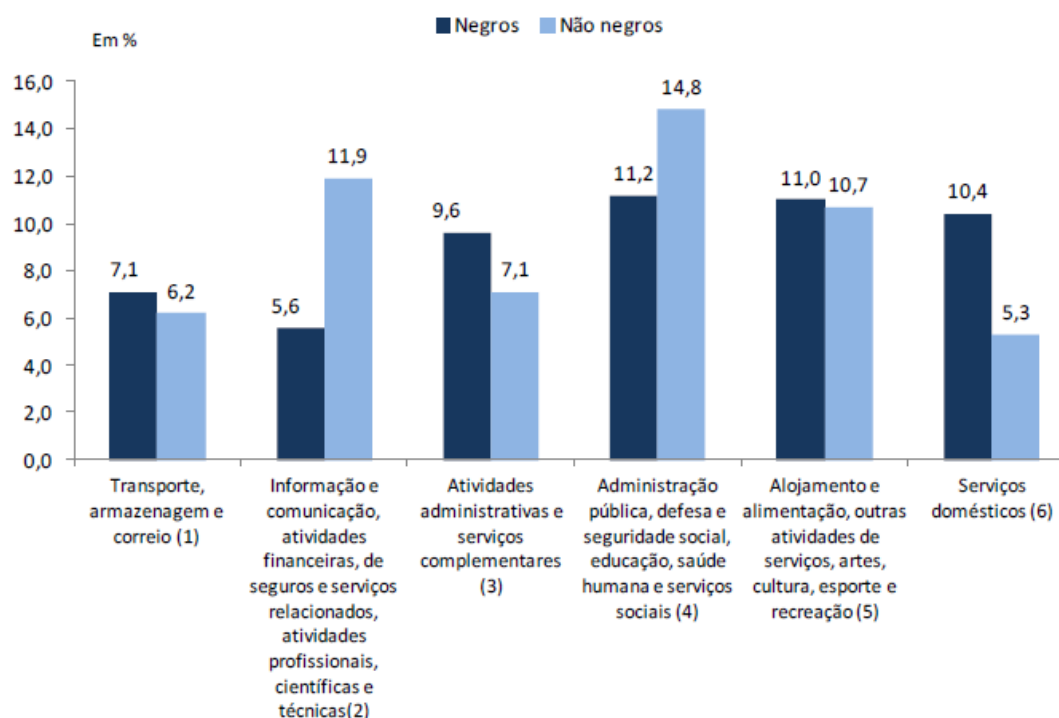
Conforme a figura 3, responsável por pouco mais da metade dos postos de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo, o setor de Serviços passou a abrigar 55,4% do total de ocupados negros e 56,9% de não negros, em 2012. A participação de não negros também era ligeiramente superior na Indústria (17,8% contra 16,9% de negros) e no Comércio (18,0% e 16,8%).

Os segmentos em que a proporção de negros superava a de não negros – Construção (9,6% e 6,2%, respectivamente) e alguns ramos, como os Doméstico (10,4% e 5,3%) – nota-se que os negros ainda predominam postos de trabalho com menores exigências de escolaridade e qualificação profissional, remunerações mais baixas e relações de trabalho mais precárias, sendo, por consequência, menos valorizados socialmente (PED,2013).

A figura 4 permite observar mais uma situação de assimetria da população não-negra em relação a negra. Desta vez em proporções um tanto quanto menores, em valores mais próximos, observa-se que a população negra ocupa índices menores em três dos quatro setores destacados, ou seja, encontram-se em faixa superior em apenas 25% destes setores, sendo que o único setor em que predominam é o da construção civil, por exigir menos formação

acadêmica e por esta razão , ser, em determinadas situações, menos valorizado/remunerado também em termos econômicos. Confirma-se pela figura 4:

Figura 4 Distribuição dos ocupados nos serviços, por subsetor, segundo raça/cor Região Metropolitana de São Paulo - 2012

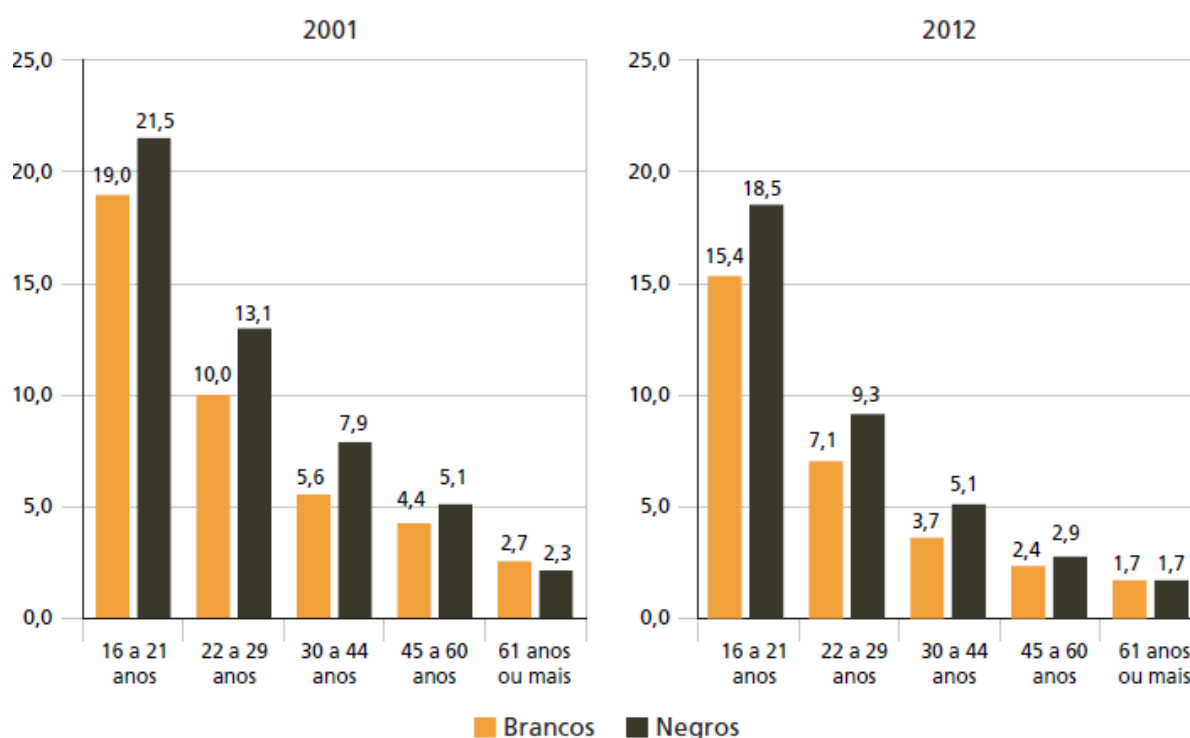


Fonte: PED (2013)

Entre os demais subsetores dos Serviços, a proporção de negros também era maior do que a de não negros naqueles em que, de modo geral, se requer menor qualificação para o desempenho das atividades, como no caso de Transporte, armazenagem e correio e Atividades administrativas e serviços complementares (PED,2013).

Neste gráfico permite-se analisar algo relevante: destaca-se também o trabalho doméstico como um subsetor em que a concentração de negros mostra-se quase 50% superior a população não-negra. Outro cargo que, comparativamente falando em relação ao da construção civil, refere-se a uma profissão de certa forma indesejada pela sociedade em geral. Tais pressuposições confirmam-se a partir da figura 5:

Figura 5 Desocupados sobre a PEA com 16 anos de idade ou mais segundo cor ou raça (Brasil, 2001 e 2012)



Fonte: IPEA (2014)

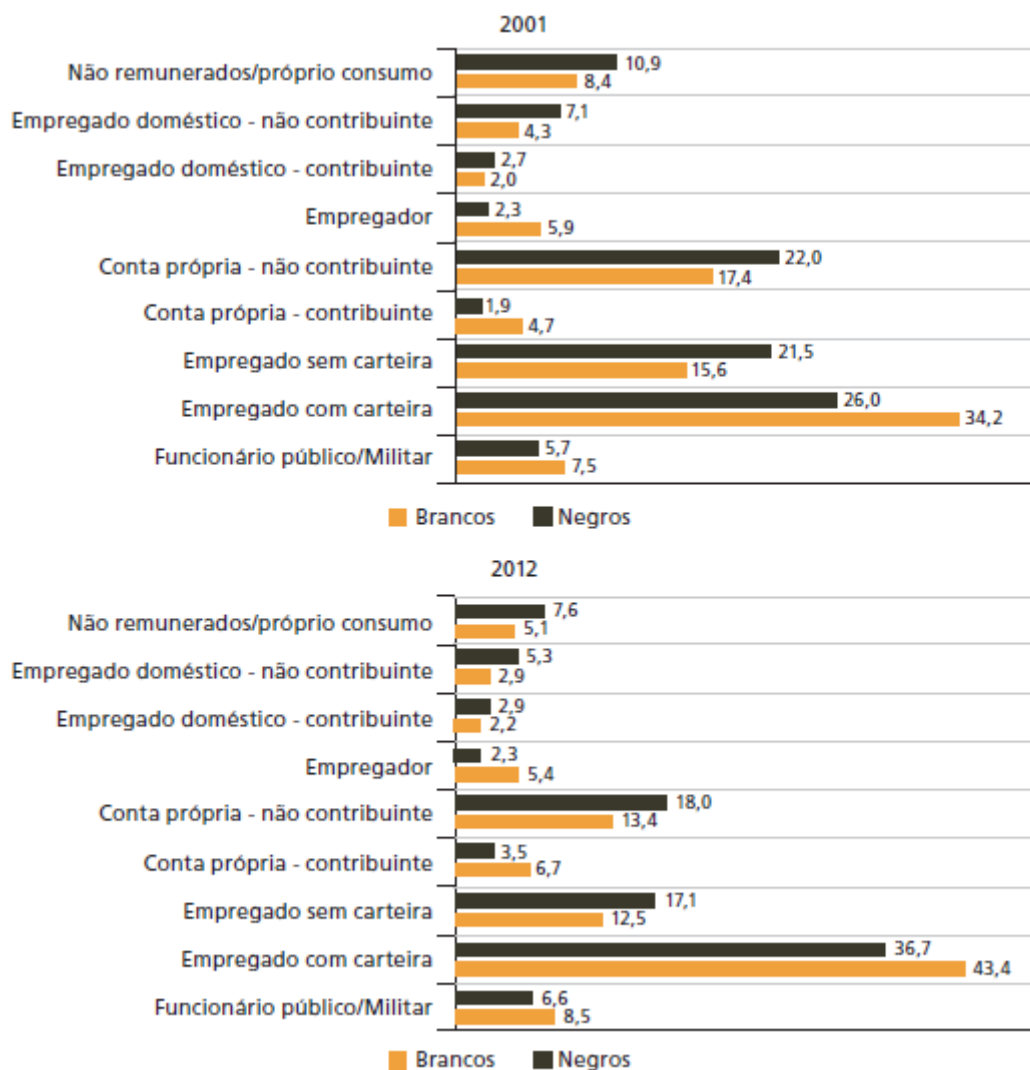
A figura 5 apresenta as taxas de desocupação de negros e brancos em 2001 e 2012. Nela, é revelada uma importante redução da proporção de desocupados em todas as faixas etárias. Nos dois momentos analisados, a desocupação se reduz à medida que aumenta a idade, e esta redução é mais acentuada a partir dos trinta anos. De fato, são notórias as dificuldades de inserção dos jovens no mercado de trabalho, que tende a absorver profissionais com maior experiência e qualificação. No espectro da juventude negra, essa dificuldade se amplifica, se somada aos mais baixos índices de escolaridade, à frequência escolar e ao racismo, que resiste impregnado em muitas instituições.

Outro aspecto a destacar é o aumento da proporção de negros desocupados em relação aos não negros, entre 2001 e 2012. Entre estes anos, apesar da significativa queda das taxas de desocupação, tanto para trabalhadores não negros como para negros, não se observa redução das desigualdades entre os dois grupos raciais, considerando as taxas globais. Se em algumas faixas etárias a diferença entre as taxas de desocupação de negros e brancos não sofreu alteração (entre os trabalhadores de 22 a 29 anos, a taxa dos negros permaneceu 31% superior), em outros estratos houve aumento das desigualdades (entre os trabalhadores de 45 a

60 anos, a taxa dos negros passou a ser superior à taxa dos brancos, razão que correspondia a 16% em 2001) (IPEA,2012).

A partir de então, pode-se observar que com exceção a última faixa de idade(superior a 61 anos) os negros ocupam os maiores índices de desocupação. Quanto aos indivíduos ocupados, visualiza-se na figura 6, mais uma vez a concentração dos mesmos em determinados tipos funcionais:

Figura 6 Distribuição da população com 16 anos de idade ou mais segundo a posição na ocupação por cor ou raça (Brasil, 2001 e 2012)



Fonte: IPEA (2014)

Segundo a figura 6, é tem-se em níveis melhor distribuídos trabalhadores negros e não negros sendo funcionário público, e empregado, com carteira. Por sua vez, a distribuição de negros é superior em empregado sem carteira, empregado doméstico, conta própria não

contribuinte, não remunerado e trabalhador para próprio consumo. Os trabalhadores brancos apresenta maior concentração na atividade de empregador: 5,4% dos brancos ocupado estão nesta categoria, enquanto apenas 2,3% dos negros ocupados se dedicam a esta atividade.

Nos anos em análise, observa-se uma mudança positiva para os dois grupos. A inserção de negros nas posições mais precárias baixou de 55,1%, em 2001, para 46,9%, em 2012, enquanto entre os brancos a diminuição foi de 44% para 37,7% (considerando trabalhador informal, empregado doméstico e conta própria).

Muito embora o percentual de trabalhadores negros e brancos na posição de funcionários públicos e militares, em 2012, seja de 6,6% e 8,5%, respectivamente, são conhecidos padrões desiguais de acesso aos diferentes cargos. Negros, em geral, acessam mais os níveis auxiliar e intermediário, de menor remuneração, estando em menor proporção nos cargos e carreiras mais valorizados da administração pública (Silva e Silva, 2014).

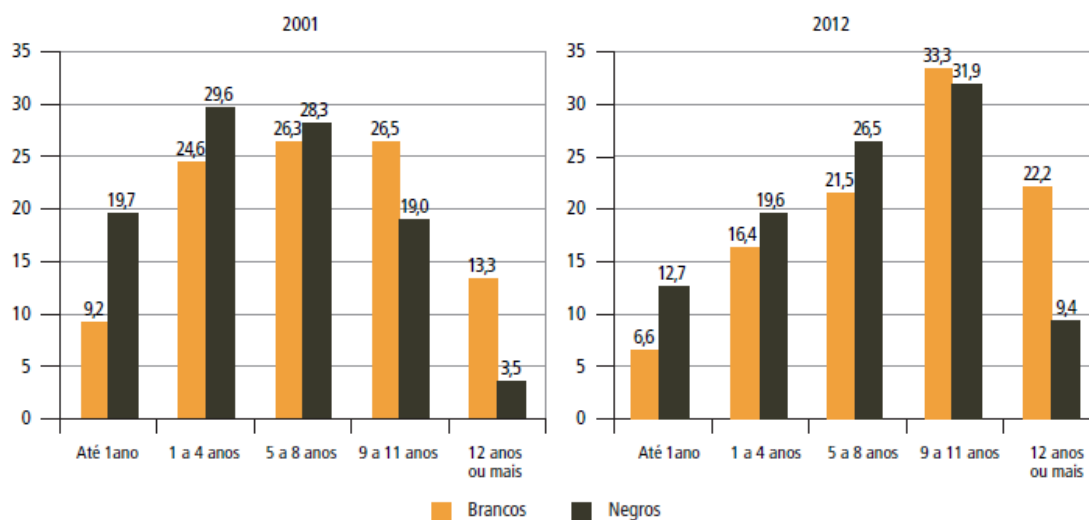
Nota-se desta forma, que a predominância da população negra em ocupar cargos desprestigiados pela sociedade em geral torna-se notória. Desta forma, tal aspecto serviu para demonstrar que apesar de ter ocorrido avanços a população de forma generalizada, as assimetrias sob uma perspectiva econômica ainda persistem quando comparadas a população não-negra, seja por graus de desocupação, tipos de ocupação e/ou distribuição de renda per capita.

2.1.3 Aspectos Sociais Dos Negros No Brasil

Segundo Joel Rufino dos Santos (1999), em um ensaio conhecido por *A inserção do Negro e seus Dilemas*, raça refere-se a “populações da mesma espécie que habitam territórios diferentes e que diferem, em seus conjuntos gênicos, na incidência de alguns genes ou outras variantes genéticas, variações estas muitas vezes relacionadas ao meio evolutivo entre espécies”. A partir de então, entende-se por constituintes da raça negra, aqueles indivíduos que primeiramente são caracterizados pela cor da pele, mais escura, e, em segundo lugar, por demais características físicas como formato do rosto, nariz, boca, constituição capilar, geralmente crespa, dentre outras características predominantemente negróides, ou seja, a espécie humana detentora de traços negros.

Para melhor compreensão desta seção pretende-se expor pontos de assimetria entre as populações negra e não-negra no que corresponde a escolaridade e adequação de moradias juntamente a violência sofrida a população negra em si. Inicia-se em relação ao acesso níveis de escolaridade, usando-se como instrumento a PNAD, têm-se a contraposição, na figura 7:

Figura 7 População com 15 anos de idade ou mais, segundo cor ou raça e faixa de anos de estudo concluídos (Brasil, 2001 e 2012)

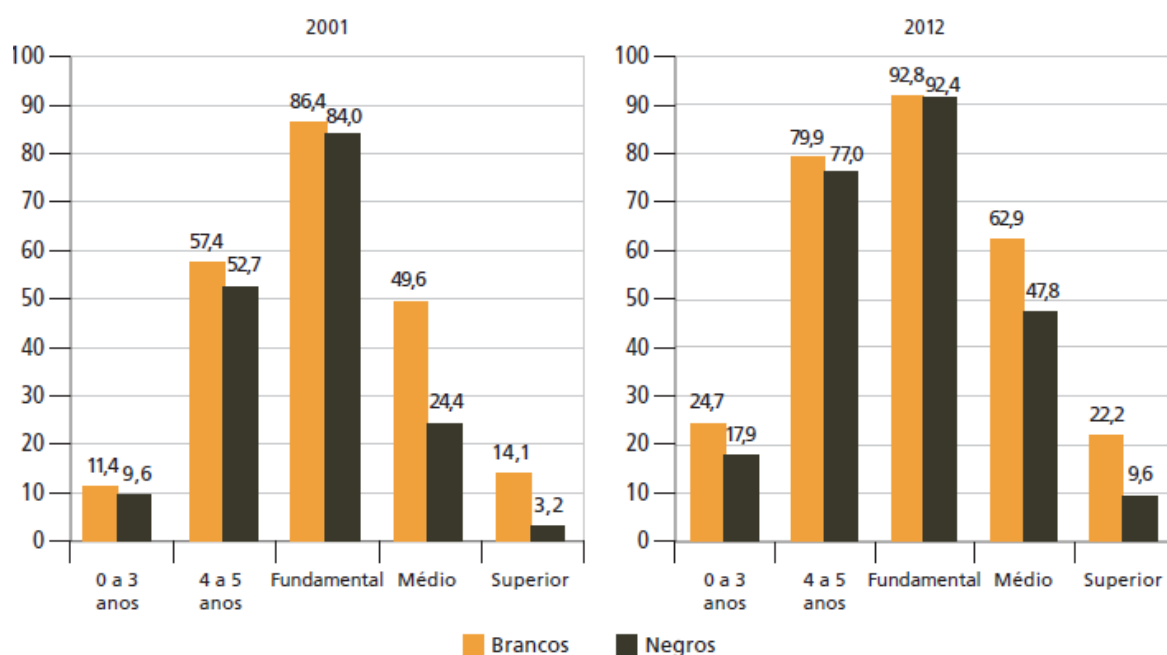


Fonte: IPEA (2014)

De acordo com a figura 7, a população com mais de 15 anos, em 2012, 23% da população não negra tinha menos de quatro anos de estudo; entre os negros, este percentual atingiu 32,3%. Na população não negra, o percentual de pessoas com nove anos ou mais de estudo era de 39,8%, em 2001, e subiu para 55,5% em 2012; na população negra, o percentual de pessoas com igual escolaridade passou de 22,5%, em 2001, para 41,2%, em 2012. A proporção de pessoas não negras com doze anos ou mais de estudo cresceu de 13,3%, em 2001, para 22,2%, em 2012, enquanto entre os negros aumentou de 3,5% para 9,4% (IPEA,2014)

Nota-se que de uma maneira geral que ambas as populações aumentam seus índices de acesso à educação com o decorrer dos anos, apresentando uma maior quantidade de anos estudados por ambas as populações no ano de 2012. Porém, não pode-se deixar de observar que, ao chegar-se nos dois maiores níveis de escolaridade (9 a 11 anos e 12 anos ou mais), a situação muda, tendo a população não-negra como ocupante majoritária, em especial na última escala, na qual essa diferença torna-se ainda mais díspar, numa proporção de mais de 100%. Faz-se importante esta ressalva uma vez que, segundo Henriques (2001), os brasileiros afrodescendentes constituem a segunda maior nação negra do mundo, atrás somente da Nigéria, sendo percebido nessas populações, uma vez que a população de maior quantidade não ocupa da mesma forma os maiores níveis de escolaridade. Esta afirmação torna-se mais clara, na figura 8:

Figura 8 Cobertura e escolarização líquida segundo cor ou raça (Brasil, 2001 e 2012)



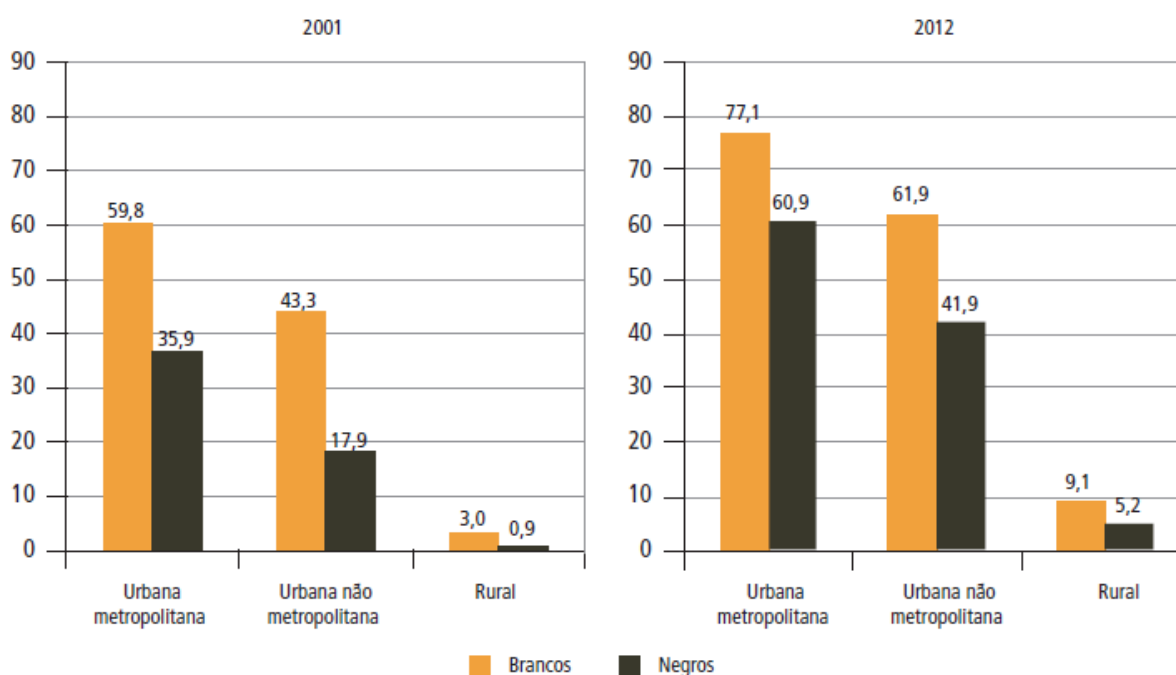
Fonte: IPEA (2014)

Os dados da figura 8 revelam que as taxas de escolarização de negros são significativamente inferiores às de não negros nos ensinos médio e superior. O mesmo acontece para cobertura escolar na faixa de até cinco anos de idade. Cabe destacar, no entanto, que nos ensinos médio e superior a desigualdade entre brancos e negros sofreu relevante redução no período analisado. No ensino médio, a frequência dos jovens negros era metade daquela apresentada pelos não negros em 2012, a diferença passou a ser de três quartos. Por sua vez, ainda que o ensino superior seja o nível com maior desigualdade entre as taxas de negros e brancos (a taxa dos negros foi inferior à metade da taxa dos jovens brancos em 2012), trata-se da etapa em que se verificou maior evolução da taxa da população negra (cerca de 200%). Para o ensino fundamental, as taxas de escolarização líquida praticamente se igualaram em 2012 (IPEA, 2014).

No entanto, percebe-se que apesar de ter havido, e de forma expressiva, uma melhora em relação à inserção da população negra nos níveis de escolarização, o acesso aos ensinos médio e superior ainda mostra-se em menor escala em relação a população não-negra, expressa tanto em 2001 quanto em 2012, o que em tese não deveria se confirmar, visto que o Brasil possui a segunda maior concentração de afrodescendentes do mundo.

No correspondente a adequação de moradias, ilustra-se uma comparação entre as populações em relação a habitação em moradias consideradas mínimas para sobrevivência, nos quais expressam-se, na figura 9:

Figura 9 Moradias adequadas segundo cor ou raça do chefe do domicílio e localização do domicílio (Brasil, 2001 e 2012)



Fonte: IPEA (2014)

Os dados da figura 9 apresentam diferenças relevantes por cor ou raça e por localizações de domicílio, em 2001 e 2012. As desigualdades raciais são relevantes em todas as situações, ou seja, as famílias chefiadas por brancos apresentam maior incidência de moradias em situação adequada, se comparadas com as moradias chefiadas por negros, em qualquer localização. Por sua vez, os habitantes de regiões metropolitanas possuem uma probabilidade maior de ter acesso à moradia em condições adequadas em relação àqueles que moram em áreas urbanas e não metropolitanas e, estes, por sua vez, apresentam condições bem melhores que as situações de domicílio rural (IPEA,2012).

Faz-se importante salientar que, apesar de utilizar-se apenas as regiões metropolitanas, isto não quer dizer que a disparidade não espalha-se para as outras regiões.

Ainda segundo a fonte supracitada, os indivíduos situados nas regiões metropolitanas possuem melhores condições de moradia, onde estas já expressam diferenças significativas entre as raças, o que permite-se intuir que em regiões não-metropolitanas, estas condições

tornam-se ainda mais precárias em termos de adequação de moradia e assimetria entre populações, uma vez que as melhores condições de moradia concentram de forma exclusiva nas regiões metropolitanas.

A violência sofrida pela população negra também é algo além de recorrente, nesta população, expressada na tabela 2:

Tabela 2 Racismo Institucional? Indicadores Seleccionados

Indicadores Seleccionados	(1)	(2)	(3)
	Negros e Pardos	Não Negros	Proporção (1)/(2)
População	96,795,294	93,953,897	1.03
Taxa de suicídio	4.2	5.3	0.78
Taxa de mortes por acidentes	14.8	15.4	0.96
% de pessoas agredidas	1.8	1.3	1.38
Distribuição das vítimas de agressão que não procuraram a polícia*	61.8%	38.2%	
Distribuição dos que não procuraram a polícia porque “não acreditavam na polícia”	60.30%	39.70%	
Distribuição dos que não procuraram a polícia porque “não queriam envolver a polícia por medo ou represaria”	60.70%	39.30%	
Número de Detentos	252,796	169,975	1.49
Taxa de Detentos	261.2	180.9	1.44
Taxa de Homicídios	36.5	15.5	2.35

Fonte: Cerqueira, Moura (2013).

Conforme a tabela 2, o percentual da população negra e não negra que sofreu agressões físicas em 2009 era de 1,8% e 1,3%, respectivamente, entre as vítimas que não procuraram a polícia 61,8% eram negros e 38,2% eram não negros. Da mesma forma, dentre aqueles que não procuraram a polícia porque não acreditavam ou porque tinham medo da polícia, cerca de 60% eram negros e 40% não negros.

A perpetuação de estereótipos sobre o papel do negro na sociedade, muitas vezes o associa a indivíduos perigosos ou criminosos, o que pode fazer aumentar a probabilidade de vitimização destes indivíduos, além de fazer perpetuar determinados estigmas (CERQUEIRA, MOURA, 2013).

Nota-se que além da população negra ser a maior vítima de violência, uma vez que encontra-se dentre os maiores índices, a falta de confiança dos mesmos em órgãos capacitados

para resolver o problema faz-se bastante expressivo. A argumentação reafirma-se a partir da citação a seguir de RAMOS (1957) *apud* LEAFRO⁵ (2010):

O que parece justificar a insistência com que se considera como problemática a situação do negro no Brasil é o fato de que ele é portador de pele escura. A cor da pele parece constituir o obstáculo, a anormalidade a sanar. Dir-se-ia que na cultura brasileira o branco é o ideal, a norma, o valor, por excelência. E, de fato, a cultura brasileira tem conotação clara. Este aspecto só é insignificante aparentemente. Na verdade, merece apreço especial para o entendimento do que tem sido chamado, pelos sociólogos, de “problema do negro” (RAMOS, 1957 *apud* LEAFRO 2010).

Apesar da citação ter 59 anos, os dados de 2010 mostram que tal argumentação é ainda bem recente. Tal discriminação mostra-se mais uma vez recorrente no fragmento abaixo ditada por BENTES *apud* MUNANGA (2006):

O problema é que, no nosso caso, o preconceito está fundamentalmente nos caracteres físicos. A discriminação “cultural” vem a reboque da física, pois os racistas acham que “tudo que vem de negro, de preto” ou é inferior ou é maléfico (religião, ritmos, hábitos etc.) (BENTES *apud* MUNANGA, GOMES, 2006).

A perpetuação da discriminação expressa-se única e exclusivamente pela por explicitar-se diferenças entre indivíduos a partir da tonalidade de sua pele. Por este motivo a população negra vem, e há muito tempo, sendo subcategorizada da população expressa nos mais diversos campos dentre eles o educacional, moradias e índices de violência, sem contar os relatados anteriormente como taxas de desemprego envolvendo em maioria a população negra.

Além disto, existe a tentativa de instaurar-se a pedagogia da racialização, sob aspectos inicialmente almejados pela sociedade, como um todo: o modelo da branquitude, ou seja, aquele de que sociedade boa, é sociedade “branca”, marcada sob a citação de KAERCHER (2010):

A pedagogia da racialização educa homens e mulheres inserindo-os em um modelo desejável: há um modelo de branquitude e um modelo de negritude, demarcando um mundo de significações e representações, que em muitos casos pode (para brancos) ou não pode (para negros) ser conquistado.” (KAERCHER, 2010).

A justificativa faz-se bastante simples: os brancos podem por não serem negros. A população negra é marcada mais uma vez por limitações sociais diretamente relacionadas a cor da pele, empecilhos estes que tornam mais difícil o indivíduo de pele negra de ascender

⁵ O projeto LEAFRO refere-se a Laboratório de Cultura e Estudos Afro-Brasileiros

socialmente, como visto historicamente, intelectualmente, para casos da inserção ao ensino superior e até profissionalmente quando confrontados os tipos de empregos que ocupam predominantemente, justificando possíveis razões para o não atingimento de posições desta parte da população no decorrer de sua vida.

2.1.3.1 Mito Da Democracia Racial

Segundo Domingues (1999), Democracia Racial, a rigor, significa um sistema racial desprovido de qualquer barreira legal ou institucional para a igualdade racial, e, em certa medida, um sistema racial desprovido de qualquer manifestação de preconceito ou discriminação. Na visão de Abdias do Nascimento(1978):

“[...] erigiu-se no Brasil o conceito de democracia racial; segundo esta, pretos e brancos convivem harmoniosamente, desfrutando iguais oportunidades de existência. (...) A existência dessa pretendida igualdade racial constitui o 'maior motivo de orgulho nacional' (...)”. No entanto, "devemos compreender democracia racial como significando a metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como o racismo dos Estados Unidos e nem legalizado qual o apartheid da África do Sul, mas eficazmente institucionalizado nos níveis oficiais de governo assim como difuso no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país. (NASCIMENTO,1978)

Dessa forma, nota-se que o mito da democracia racial consiste em, basicamente dizer que, devido à finalidade institucional da abolição do país em 1888, toda e qualquer manifestação de racismo chegou ao fim. Implica em dizer que as populações negra e não negra convivem em um mesmo patamar de igualdade, em harmonia e principalmente sem distinções. George Andrews (1991), diz que existia até mesmo um processo de culpabilização:

“Se os negros fracassaram em sua ascensão na sociedade brasileira, evidentemente isso foi por sua própria culpa, pois essa sociedade não reprimiu nem obstruiu de modo algum o seu progresso. A realidade continuada da pobreza e marginalização dos negros não era vista como uma refutação da ideia de democracia racial, mas sim como uma confirmação da preguiça, ignorância, estupidez, incapacidade etc., o que impedia os negros de aproveitar as oportunidades a eles oferecidas pela sociedade brasileira (...) (ANDREWS,1991) apud DOMINGUES,2001)

Rodrigues (1999) chega, ainda, a referir-se como algo adquirido pelo indivíduo negro no qual o denominou de “fracassonomia”, que consistiria em, basicamente, no indivíduo negro incorporar em seu cotidiano a ideia de que fracassou em não ascender-se socialmente e

de certa forma moralmente em relação a população como um todo por não deter capacidades e demais habilidades para isso, uma espécie de baixa autoestima.

Esta afirmação confirma-se nos trechos a seguir iniciados por CARDOSO apud HASENBALG (2005):

O braço livre desejado era o braço, sem mácula, não o braço do liberto ou do negro degradado pela escravidão. Esse, ao contrário, passava a ser considerado em si mesmo, independente do sistema escravocrata, como causa de ociosidade, marasmo, dissolução. O que fora fruto da escravidão passava a ser confundido com sua causa e tido como fator de imobilismo e atraso (CARDOSO apud HASENBALG, 2005).

Nota-se que, além do que foi dito por Rodrigues, Cardoso refere-se a um possível atraso populacional que se deu essencialmente pela população negra, que era ociosa. Gilberto Freire(1933) na publicação de seu livro *Casa Grande e Senzala* fala a respeito do “mal da mestiçagem”, que se devia a um embranquecimento da população como consequência do processo imigratório no Brasil, o que extinguiria a população negra. O que possivelmente não pressupunham era que haveria uniões afetivas entre negros e imigrantes, o que resultou em um número ainda maior de negros no país. Freire tentou romper tal ideologia tentando mostrar o “lado bom” de ser mestiço, dizendo que segundo Freire (1933) apud Strieder (2000), a melhor contribuição do mestiço para a convivência brasileira seria a multirracialidade, a morenidade do povo brasileiro, testemunho da união fraternal entre raças. Porém, tal fraternidade não é visualiza nos dias de hoje como pregava Freire. Atualmente, os negros continuam tendo condições de vida inferiores aos não negros nos mais diversos setores e esta “união fraternal”, não passou de apenas mais uma ilusão em meios a tantas enfrentadas pela população negra.

Dessa forma, faz-se, para fins deste trabalho, necessária uma melhor compreensão desta temática, por tecer uma linha muito tênue entre as desigualdades entre as raças e principalmente por justificar a existência da política de ações afirmativas, detalhada na seção seguinte, tendo como uma destas políticas, a de cotas, principalmente nas universidades federais. Estas últimas emergem como políticas compensatórias, em face às desigualdades sofridas entre os indivíduos negros, na tentativa de minimizar tais desigualdades, incluindo o negro a patamares jamais imaginados por muitos deles, devido a todo este processo histórico, econômico e social de perdas, atrasos e retaliações dadas das mais variadas maneiras.

2.2 COTAS ETNICO-RACIAIS NA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

Nesta seção será discutida a política de cotas, com relação ao seu panorama, aos pontos de vista favoráveis e desfavoráveis e à implantação da política de cotas, juntamente com as primeiras conclusões na relação pré-existente cotas versus rendimento acadêmico.

Cabe ressaltar que a classificação referente à cor ou raça dada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), admite as seguintes opções: branca, preta, amarela, parda ou indígena. O termo negro, citado nesta apresentação foi assim aplicado devido à utilização deste por demais autores e corresponde à cor preta, parda e indígena do equivalente a cotas.

2.2.1 Panorama Das Cotas Na Universidade Brasileira

Para melhor compreensão da política de cotas de uma forma geral, faz-se necessário o conceito de ação afirmativa, por este ter sido o elemento propulsor da aplicação da política de cotas relacionada aos princípios de igualdade e isonomia. Desta forma, de acordo com o Grupo de Estudos Preliminar da Ação Afirmativa (GEMAA), sediado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ):

Ações afirmativas são políticas focais que alocam recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica no passado ou no presente. Trata-se de medidas que têm como objetivo combater discriminações étnicas, raciais, religiosas, de gênero ou de casta, aumentando a participação de minorias no processo político, no acesso à educação, saúde, emprego, bens materiais, redes de proteção social e/ou no reconhecimento cultural (GEMAA, 2011).

Desta forma, os conceitos de cotas e ações afirmativas não se confundem. As ações afirmativas buscam, assim como a política de cotas princípios de igualdade social entre as classes na sociedade, porém as ações afirmativas buscam essencialmente combater tais discriminações ao passo em que a política de cotas busca uma maior representatividade dos menos favorecidos em funções onde estão desfavorecidos. Segundo Allan Coelho Duarte (2014), ações afirmativas dizem respeito às questões amplas e, cotas a questões específicas. No entanto, subutiliza-se o princípio da isonomia para justificá-las como sinônimas. E ainda:

Ações Afirmativas são medidas especiais e temporárias tomadas ou determinadas pelo Estado e/ou iniciativa privada, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidade e tratamento, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e a marginalização por

motivos raciais, étnicos, religiosos, de gêneros e outros. (GTI/POPULAÇÃO NEGRA, 1996).

É também retratada a importância do Estado enquanto instituição, para impor tais mudanças à população de um modo geral. Segundo os autores:

Ações afirmativas é um conjunto de ações e orientações do governo para proteger minorias e grupos que tenham sido discriminados no passado. Em termos práticos, as organizações devem agir positiva, afirmativa e agressivamente para remover todas as barreiras, mesmo que informais ou sutis. Como as leis antidiscriminação – que oferecem possibilidade de recursos a, por exemplo, trabalhadores que sofreram discriminação –, as políticas de ação afirmativa tem por objetivo tornar realidade o princípio de igual oportunidade. E, diferentemente dessas leis, as políticas de ação afirmativa têm por objetivo prevenir a ocorrência de discriminação. (SILVERIO, 2002, apud SANTOS 2003).

Entende-se que as ações afirmativas buscam equidade entre negros e não negros, de modo a mitigar disparidades ocorridas no passado. Mais recentemente, foi aprovada a Lei nº 12.288, de 20 de Julho de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial, busca garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica e ainda conceitua os programas de ação afirmativa no parágrafo único de seu art. 4º:

Parágrafo único. Os programas de ação afirmativa constituir-se-ão em políticas públicas destinadas a reparar as distorções e desigualdades sociais e demais práticas discriminatórias adotadas, nas esferas pública e privada, durante o processo de formação social do País. (BRASIL, Lei nº. 12.288, 20 jul.2010)

Nota-se a relevância da implantação das políticas de ações afirmativas, uma vez que busca reparar quaisquer distorções discriminatórias advindas do processo de formação social no Brasil. Pelo fato da população negra incluir-se nesta fatia discriminada, confirma-se que a política de cotas têm por princípio fundamental a busca por equiparação social entre as populações a uma esfera mais generalizada.

A política de ações afirmativas foi instituída no Brasil tendo por modelo os Estados Unidos, que de acordo com Duarte (2014), surgiu nos anos de 1958-1959, quando os EUA definiram medidas que viriam a ser adotadas pelo governo, para corrigir ou minimizar os efeitos perversos da discriminação racial no país. Buscava-se combater o preconceito, que atingia proporções, há muito, alarmantes. Desta forma, seguida de diversos processos

constitucionais americanos, as medidas de ações afirmativas foram criadas visando esta integração dos negros à sociedade. No Brasil, o Supremo Tribunal Federal (STF), defende que a política faz-se constitucional e que iria ao encontro a vários preceitos fundamentais estabelecidos pela Constituição Federal (CF) de 1988, tais como o da dignidade da pessoa humana, o do repúdio ao racismo e o da isonomia (STF,2011).

No âmbito universitário federal brasileiro, as cotas dão direito essencialmente aqueles indivíduos que possuem origem afrodescendente e/ou são egressos de escola pública. Em relação ao preenchimento de vagas, sob a Lei nº 12.711/2012 conhecida também como lei de cotas:

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita. BRASIL (2014)

A Universidade Federal de Brasília foi a pioneira na adoção da política de cotas nas universidades em âmbito federal, ocorrida no segundo semestre de 2004.

Na UFJF, a adoção do sistema de cotas teve início no ano de 2006. A relação de instituições, assim como as condições de oferta de vagas mediante cotas, encontram-se no quadro a seguir:

Quadro 1 Relação de Instituições de ensino e seus percentuais de vagas para cotistas

Instituição	Percentual de Vagas para Alunos Cotistas
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	50% das vagas para alunos da rede pública e afrodescendentes.
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	50% das vagas para alunos da rede pública, afrodescendentes e pessoas com deficiência.
Universidade Federal do Pampa (Unipampa)	50% das vagas para alunos da rede pública, afrodescendentes e pessoas com deficiência.
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	50% das vagas para alunos da rede pública e afrodescendentes, além de criar vagas para índios quando há demanda.
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	20% das vagas para afrodescendentes e indígenas.
Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)	reserva social de 50% das vagas
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	cerca de 35% das vagas são reservadas a candidatos de escolas públicas que se declararem

	negros ou pardos; cerca de 5% das vagas são destinadas a candidatos de escolas públicas de qualquer etnia; 2% das vagas são para candidatos de escola pública indígenas.
Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB)	50% das vagas para alunos da rede pública e afrodescendentes.
Universidade Federal do Piauí (UFPI)	reserva social de 5% das vagas.
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	reserva social e racial de cerca de 50% das vagas. Alunos com deficiência têm duas vagas, assim como os indígenas.
Universidade Federal de Alagoas (Ufal)	20% das vagas para negros, sendo 40% para homens e 60% para mulheres.
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	50% das vagas para alunos de escolas públicas, sendo 20% para negros, 2,5% para a comunidade quilombola, 2,5% para indígenas e 5% para alunos com deficiência.
Universidade Federal do Tocantins (UFT)	5% das vagas são reservadas a indígenas.
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	reserva social e racial de 20% das vagas.
Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)	10% das vagas para afrodescendentes.
Universidade Federal do ABC (UFABC)	50% das vagas para alunos da rede pública e afrodescendentes.
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	25% das vagas para afrodescendentes e 25% para alunos da rede pública.
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)	cerca de 10% das vagas para indígenas.
Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)	40% das vagas para alunos de escolas públicas.
Universidade de Brasília (UnB)	20% das vagas para afrodescendentes (cria vagas extras em alguns cursos para índios).
Universidade Federal do Pará (UFPA)	50% das vagas para alunos de escolas públicas, sendo 40% destas destinadas a afrodescendentes.
Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra)	reserva social de cerca de 40% das vagas.

Fonte: Elaboração da autora a partir de BRASIL(2012)

Segue abaixo, na figura 10 a estrutura do sistema de cotas, conforme a Lei de Cotas:

Figura 10 Cálculo do Número Mínimo de Vagas



Fonte: BRASIL (2012)

Desta forma, entende-se através da figura 10, que além de constitucional, tendo como parâmetro a Lei de Cotas, a maioria das universidades que adotaram a política de cotas respeitam a estrutura proposta pelo Ministério da Educação (MEC).

Sob uma ótica mais qualitativa em relação a política de cotas têm-se que a origem desta política deu-se exclusivamente por mais uma das inúmeras lutas tecidas pelo Movimento Negro:

Os avanços obtidos até o momento em benefício da população afrodescendente são resultado de conquistas do Movimento Negro, que vem a ser o movimento social mais antigo no Brasil, pois atua desde os primórdios do escravismo, isto é, desde meados do século XVI. A discriminação racial foi, desde o início, interna ao sistema. Abolida a escravidão em 1888, os afrodescendentes continuaram a sofrer uma exploração específica graças aos mecanismos de exclusão que acompanham o racismo. Romper com essa inércia, reverter o estigma, recuperar a autoestima, afirmar a igualdade dos direitos, agir para que a lei garanta as mesmas oportunidades a todos têm sido algumas das principais bandeiras do Movimento Negro. (JACCOUD e BÉGHIN, 2002).

Segundo Vieira(2014), a partir da segunda metade da década de 1990 a questão racial no Brasil começa a ganhar visibilidade pública, exigindo por parte do governo respostas mais concretas às desigualdades raciais. Pode-se observar que as discussões sobre ação afirmativa

levam tempo para chegar aos meios políticos e acadêmicos e, até poucos anos atrás, a discussão sobre esse tema era considerado como tabu. Neste contexto, vale apontar aqui um importante movimento que aconteceu e, que marcou a entrada da questão racial na pauta das políticas públicas, a saber, a Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, que aconteceu em 1995 em Brasília e foi organizado pelo movimento negro que, além de expressar publicamente a indignação contra a discriminação racial e o descaso por parte do Estado em relação à questão, dirigiu ao Chefe do Estado brasileiro propostas antirracistas exigindo por parte do mesmo ações concretas contra o racismo. Foi neste evento que, pela primeira vez na história do país, um presidente, que foi pego de surpresa, afirmou que no Brasil existe discriminação racial.

Desta forma, percebe-se que a política de cotas busca não uma luta de cunho político como também de cunho social, uma vez que devido aos infortúnios cometidos aos negros na sociedade em si, este necessitou de uma espécie de reparação, acerto de contas visto que este encontra-se ainda nos dias atuais à margem desta, ao passo que apresenta os piores índices no que se refere a educação, emprego, habitação, saúde dentre outros, sendo esta implantação uma questão de justiça.

2.2.2 Argumentos Favoráveis e Desfavoráveis em Relação à Política De Cotas

De acordo com Vieira (2014), a primeira reação que surgiu como recusa à implementação das cotas raciais no Brasil é a ideia de que estamos reproduzindo o modelo norte-americano, primeiro porque as relações raciais que aqui se constituíram nada têm a ver com a discriminação e segregação racial difundida nos EUA e ainda, que as políticas de ações afirmativas nos Estados Unidos teriam beneficiado basicamente a classe média negra, não tendo, portanto, alterado a situação dos negros daquele país.

Ainda segundo autora, quando se inicia possíveis especulações a respeito da implantação de tais políticas, outro argumento é o de que a política de cotas causaria um aguçamento do conflito racial, pois qualquer iniciativa que busque diminuir os efeitos da discriminação racial por meio de medidas de privilégio racial inverteria a questão sem resolvê-la, configurando assim uma discriminação “ao contrário”. Carvalho (2011) confirma que, de fato, as cotas raciais aumentam a tensão racial, primeiro porque os negros e índios deixam de ser excluídos e discriminados e, passam a ser sujeitos presentes nas universidades públicas, o que tem impulsionado também que “as vítimas de racismo e seus simpatizantes denunciem mais os casos de discriminação e a própria imprensa está mais aberta a acolher as

acusações de racismo.” (Carvalho, 2011 apud Vieira, 2014). O fato determinante desta mudança é a expectativa que ela traz para cada um dos lados, opositores e favoráveis às cotas. Para os opositores, a tensão racial gerada pelas cotas é uma ação não positiva para os negros e índios, considerando o preconceito que eles enfrentariam por estar se beneficiando do sistema de cotas, e acabaria com nossa “boa convivência racial”.

Até os dias atuais a implantação da política de cotas gera indagações e conflitos. Desta forma, pretende-se apresentar algumas argumentações, bem como suas razões em ser favoráveis ou não a política.

2.2.2.1 Argumentos Favoráveis à Política De Cotas

Dentre as argumentações dos indivíduos que apoiam a política de cotas, estão a defesa de um sistema que tenha o mínimo de equidade representativa (considerando as disparidades da atual conjuntura brasileira) buscando a inserção de uma população que não teria mínimas chances de pertencer aos níveis de escolaridade superior:

Movimentos sociais ligados ao movimento negro e às lideranças indígenas do Mato Grosso do Sul se posicionaram a favor das cotas com a argumentação de que os negros e indígenas não foram tratados como iguais porque estavam numa baixa posição social, o que os deixou desacreditados e conformistas [...] É necessário que eles busquem um lugar na sociedade [...] é preciso que sua etnia ou raça seja valorizada, as cotas são uma forma de reverter essa situação. (UFMS)

O argumento usado foi de que o acesso era desigual, além disso, o percentual de negros na universidade era de aproximadamente 2%, enquanto na população do Rio Grande do Sul 17% é parda ou negra. (BERALDO, 2015)

Nota-se uma argumentação baseada na defesa de uma espécie de reparação a uma população. O ideal aqui defendido relaciona-se a possibilidade de buscar uma representatividade social juntamente a uma valorização étnica visando uma reversão de um quadro considerado desigual. Outro argumento também utilizando pelo autor, diz respeito a fala de MUNANGA(2001), a respeito da disparidade entre populações:

“Vozes eloquentes, estudos acadêmicos qualitativos e quantitativos recentes, realizados por instituições de pesquisa respeitadíssimas como o IBGE e o Ipea, não deixam dúvida sobre a gravidade gritante da exclusão do negro, isto é, de pretos e de mestiços na sociedade brasileira. Fazendo um cruzamento sistemático entre o pertencimento racial e os indicadores econômicos de renda, emprego, escolaridade, classe social, idade (...) Ricardo Henriques chega à conclusão de que “no Brasil, a condição racial constitui um fator de privilégio para brancos e de exclusão e desvantagem para os não-brancos. Algumas cifras assustam quem tem preocupação social aguçada (...): - do total dos universitários brasileiros, 97% são brancos, 2% são negros e 1%

descendentes de orientais; - sobre 22 milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha da miséria, 70% deles são negros; sobre [sic] 53 milhões de brasileiros que vivem na pobreza, 63% são negros [...] (MUNANGA, 2001)

Ao falar de uma possível condição de privilégio, Munanga (2001) defende que a necessidade de políticas de ação afirmativas faz-se válida a partir do momento em que há uma espécie de privilégio da população não negra sobre a negra em relação a atingir posições sobreprestigiadas mostrando a assimetria ocorrida entre o total de universitários inseridos na academia correlacionando-os ao total de negros inseridos no mesmo ambiente. Petronilha Beatriz (2004), diz que a distorção a corrigir, com a reserva de vagas, diz respeito à desvantagem acarretada pelo impacto de experiências culturais e educacionais privilegiadas que, empobrecidos e negros não têm quando comparada a pertencentes de classes abastadas, na sua maioria não negros, ao concorrer por vagas no ensino superior público. Desta forma, subtende-se que o objetivo das reservas de vagas a classe mencionada diz respeito a uma ideia de igualdade a desvantagem cultural e educacional apresentada pela população negra, na qual a população não negra encontra-se em situações privilegiadas.

Para Carvalho (2011, p.188) (...) o mérito isola a parte do trabalho feita pelo indivíduo da colaboração que recebeu de inúmeras pessoas:

O vestibular mede a pontuação final alcançada pelos candidatos, mas não mede a quantidade de apoio e estímulo que cada um recebeu. Se as questões da prova são quantificadas, uma quantificação das condições disponíveis para a preparação poderia inverter algumas reprovações em aprovações e vice-versa. (CARVALHO, 2011)

A partir da consideração feita por Carvalho(2011) acerca do apoio e estímulo recebido por cada candidato, conclui-se que a população negra também está em desvantagem uma vez que tal “estímulo” praticamente não lhes foi dado, visto que são alvo de constantes retaliações e principalmente têm que trabalhar desde muito cedo, o que impede de certa forma o acesso adequado a educação. Desta forma, infere-se que o método de avaliação, de certa maneira, não os qualifica, uma vez que é quantificado, e este desconhece a realidade de cada indivíduo em sua ótica qualitativa. Torna-se frágil remeter-se a números, algo inquantificável como por exemplo mensurar condições mínimas de aprendizado, como local e tempo de estudo ideais, possibilitando assim, uma competição mais igualitária.

2.2.2.2 Argumentos Desfavoráveis à Política De Cotas

Dentre os argumentos que desaprovam a implantação de políticas de ações afirmativas e, sobretudo, a política de cotas sobressai com ideias relacionados à afronta de uma sociedade

movida pelo mérito, em que com a adoção de tais políticas incorreria em uma sociedade que protege uma classe vitimada socialmente e desta forma não a condiciona para assumir determinadas funções, findando por não valorizar os esforços tidos pela população como um todo.

Para falar em meritocracia, ou seja, em uma espécie de merecimento obtido em contrapartida a alguma ação, como uma forma de corrigir as prováveis injustiças provocadas pelo sistema de cotas que possivelmente atingiria os alunos não cotistas, deve-se lembrar de que ações são provisórias, portanto não deveriam se estabelecer de forma definitiva e sim, no tempo certo de corrigirem-se os problemas provocados pelo longo período que a população negra ficou impossibilitada dos seus direitos de citações.

Segundo BERALDO (2015), ao expor a parte contrária à adoção de uma política de cotas em sua tese de doutorado, em uma pesquisa empírica junto às instituições UFMS e UFBA:

(...) Outros argumentaram que a modernização do trabalho didático atenderia a todos e nem os índios e nem os negros deveriam ser tratados de forma diferente. (...) alegavam que a deficiência está no ensino básico, na má qualidade das escolas públicas e não nas questões raciais. (...) preocupação com o método do processo seletivo para os índios por parte de alguns conselheiros, que afirmaram que os índios não pensavam de acordo com a lógica cartesiana. A proposta assinalava que os resultados da pesquisa mostravam que havia deficiência no ensino público fundamental e médio na Bahia e no Brasil, já que os alunos não conseguiam ingressar. O argumento foi de que o problema de exclusão acontecia antes da universidade. (BERALDO, 2015)

Conforme a argumentação exposta pode-se perceber que o cerne da defesa em não adotar uma política como a de cotas deve-se ao fato de que tal adoção não implicará em uma melhoria na qualidade de ensino ao inserir indivíduos negros e índios na instituição, alegando que não diminuirá as deficiências encontradas no sistema e que a má qualidade educacional encontra-se nas bases, ou seja, nos níveis iniciais de ensino, o que fez perpetuar a disparidade também em campos universitários, uma vez que, com estas deficiências iniciais, tornou-se mais complicada a inserção desta fatia populacional aos âmbitos universitários. Sendo assim, faz-se desnecessária a adoção da política de cotas, visto que não corrigiria danos causados pelos ensinos fundamental e médio, sendo de certa forma, favorável a inserção de uma população que, em tese, estaria despreparada para o meio universitário, prejudicando ainda mais o sistema.

Lobo(2011), em uma Referência Nacional de Consultoria em Educação diz que não defende o sistema de cotas nas universidades porque, diferentemente do que ocorre em outras

áreas, nas instituições educacionais de alto nível, no caso do Brasil, principalmente nas universidades públicas, a questão do mérito é fundamental.

Nota-se, a partir do que foi relatado acima, que a contrariedade à implantação do sistema de cotas deve-se essencialmente a questão do mérito ao assumir determinados cargos sociais. Uma vez que não se possui as atribuições necessárias, denominada pela autora como bagagem, muda-se quase que conjuntamente o perfil de universitários, havendo ao invés de inclusão, uma maior segregação populacional.

Existe ainda, segundo Duarte (2014), uma argumentação de contrariedade aos princípios de igualdade brasileira, no que diz que aceitar que um grupo de pessoas defina a raça de alguém, em um ambiente tão miscigenado quanto o brasileiro, paradoxalmente, acaba por ferir o princípio da igualdade, pois é bem provável que as pessoas não sejam avaliadas da mesma forma, dado o imenso grau de subjetividade implícito neste processo. Na argumentação exposta pelo autor, entende-se que uma possível segregação, feita por indivíduos comuns pode inferir em uma avaliação desigual da população, uma vez que, o fato do país ser miscigenado, aferições de cor dadas por eles podem trazer consigo um caráter demasiadamente subjetivo, o que prejudicaria identificar quem de fato pertence a população negra, podendo até mesmo continuar privilegiando uma população já em condição socialmente hegemônica e não solucionar o problema de disparidade.

Existe também a hipótese de que a política de cotas pudesse ser algo tão equivocado a ponto de ser inconstitucional. Segundo Pacheco e Silva(2007), ao publicarem o livro *O negro na universidade: o direito a inclusão*:

A cota é inconstitucional, porque perante a lei somos todos iguais. Este é geralmente o argumento apresentado contra cotas por alguns especialistas em Direito, advogados e procuradores. Do ponto de vista deles, a cota introduziria a discriminação proibida pela própria constituição brasileira. Poderíamos inverter o raciocínio e ver na cota medidas de correção das desigualdades geradas pela discriminação que, apesar da lei, existe efetivamente e não como introdução de uma nova injustiça. E como diz o filósofo Habermas: não está na hora de rever os paradigmas deste direito que nos acostumou a tratar igualmente seres desiguais?
(PACHECO e SILVA, 2007)

Como pode-se perceber existe também uma espécie de naturalização a respeito de tratar os indivíduos como desiguais. Neste caso a não adoção do sistema é correta devido ao fato de que os indivíduos foram acostumados a tratarem-se de modo desigual e por este mesmo motivo não visualiza-se então necessidade de mudar este quadro, que de certa maneira torna-se um tanto quanto confortável às classes que sempre foram beneficiadas desta desigualdade.

2.2.3 "Primeiras Conclusões" Sobre a Relação Cotas X Desempenho Acadêmico

Para a realização desta análise foram contrapostas duas pesquisas: a primeira desenvolvida na Universidade Federal da Bahia, por Lago, Malbouisson, Silva e Cavalcanti (2014) e a segunda teve como cenário a Universidade Federal de Juiz de Fora, por Beraldo(2015).Os resultados revelam que, na maioria das vezes, os alunos ingressantes cotistas apresentaram desempenho pior em relação aos não cotistas nas instituições de ensino.

No correspondente à UFBA, foram analisados rendimentos referentes aos anos de 2010 a 2012, disponibilizados pela Pró-Reitoria de Ensino e Graduação (PROGRAD). No primeiro dado analisado, deu-se a frequência dos alunos cotistas a instituição, onde constatou-se que os alunos cotistas frequentam a universidade em menor proporção que os alunos não cotistas, de acordo com a tabela 3:

Tabela 3 Frequência de alunos da UFBA por categoria de seleção e ano

Ano	Total de alunos	Não cotistas	Cotistas
2010	21.932	57,3	42,7
2011	16.816	60,9	39,1
2012	72.630	64,9	35,1
Total	46.011	59,8	40,2

Fonte: Beraldo (2015)

Conforme observado na tabela 3, em termos percentuais temos uma incidência menor de cotistas em relação aos não cotistas no que tange a frequência. Tal constatação pode-se dar sob os mais variados motivos, não discriminados nesta pesquisa.

A nota média dos alunos foi outro ponto analisado por estes pesquisadores. Neste quesito também foram identificadas discrepâncias entre universitários cotistas e não cotistas. A constatação obtida foi a de que universitários cotistas possuíram médias inferiores a universitários não cotistas na tabela 4:

Tabela 4 Escore final médio do vestibular e nota média semestral por ano

Ano de Ingresso	Categoria	Escore Final no vestibular	DP EF	Nota Média	DP NM
2010	Não cotista	14.401,25	2077,16	6,27	2,44
	Cotista	12.429,43	1577,40	5,75	2,46
	Total	13.559,46	2118,03	60,5	4,46
2011	Não cotista	13.100,28	3314,29	5,76	2,57
	Cotista	12.41554,	1546,87	5,52	2,41
	Total	12.832,26	2780,82	5,66	2,51
2012	Não cotista	12.022,17	4121,71	5,77	2,51
	Cotista	12.426,13	1581,20	5,68	2,35
	Total	12.163,95	3455,41	5,74	2,46
Total	Não cotista	13.509,83	3125,71	5,99	2,51
	Cotista	12.424,03	1567,06	5,66	2,43
	Total	13,073.40	2667,09	5,86	2,49

Fonte: Beraldo (2015)

Conforme a tabela 4 confirma-se que nos três anos analisados, a penúltima coluna, nota média, os índices dos cotistas foram inferiores ao dos não cotistas. A nota média por semestre em termos de desempenho também foi um aspecto considerado relevante novamente as médias obtidas entre universitários cotistas e não cotistas foram diferentes, tendo vantagem para alunos cotistas, expresso na tabela 5:

Tabela 5 Nota média por semestre de 2010 a 2012

Categoria	Semestres cursado	Nota Média	Desvio Padrão
Não Cotista	1	6,03	2,47
	2	6,05	2,46
	3	5,88	2,47
	4	5,97	2,65
	5	5,96	2,55
	6	6,02	2,70
	Total		6,00
Cotista	1	5,81	2,35
	2	5,76	2,33
	3	5,46	2,45
	4	5,54	2,55
	5	5,55	2,52
	6	5,67	2,63
	Total		5,66

Fonte: Beraldo (2015)

Nota-se, pela tabela 5, que em absolutamente todos os semestres a média por semestre assim denominada pela instituição indicou valores menores relacionados a cotistas em relação a universitários não ingressantes pelo sistema de cotas.

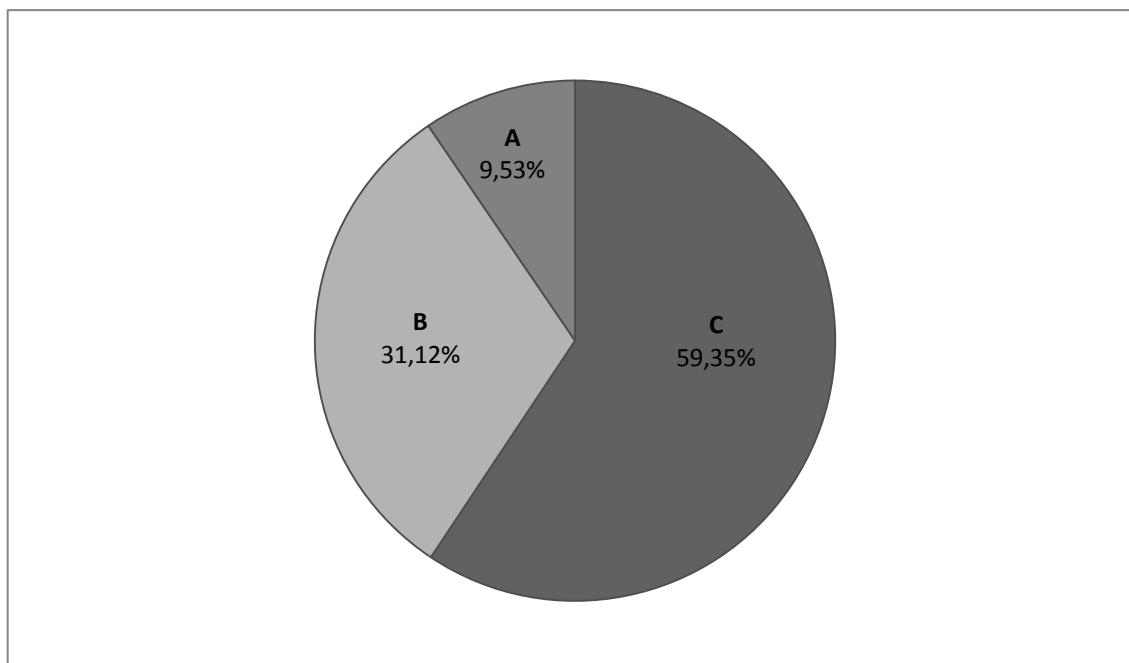
Segundo Lago et. al (2014), um aspecto que está por detrás da hipótese de *mismatch*⁶ é que o processo educacional é inerentemente hierárquico, ou seja, a formação do conhecimento é feita de forma sequenciada, de modo que não é possível atingir estágios mais avançados sem ter passados pelos estágios básicos da formação. Como coloca Su (2005), a natureza hierárquica do processo educacional implica que etapas mais avançadas somente podem ser alcançadas se as etapas iniciais forem concluídas, e quanto melhor o desempenho no ensino básico, melhor a eficiência de aprendizagem no ensino superior. Então, se dificuldades de aprendizado são observados no ensino médio, certamente impactará no ensino superior.

De acordo com a visão exposta por Lago et. al (2014), o fato de os alunos cotistas não ter obtido acesso a um ensino considerado de qualidade e, sendo assim, próprio para seu desenvolvimento no ensino superior, este implica em desempenho menor durante a graduação quando comparada aos ingressantes não cotistas, defendendo também uma espécie de reestruturação do ensino, onde tais disparidades se resolvam nas bases do ensino, ou seja, em seus níveis fundamental e médio, propagando-se, assim, em uma melhora nos índices correspondentes à média também no âmbito do ensino superior.

Ao direcionarmos a vertente a UFJF, os dados foram analisados a partir de ingressantes nos anos de 2006 a 2012, subdivididos nos grupos A (os autodeclarados negros-pardos e estudantes integralmente em escola pública, correspondendo a um total de 20% das vagas totais), B (os autodeclarados brancos-amarelos e estudantes integralmente em escola pública, correspondendo a um total de 30% das vagas totais) e C (os autodeclarados negros/pardos/brancos/amarelos e/ou estudantes da rede privada de ensino, ou por determinação de alguns autores os “sem cota”, correspondendo a um total de 50% das vagas totais). Em relação aos percentuais de ingressantes, o gráfico 1:

⁶ De acordo com Sander, que este tipo de mecanismo ao invés de permitir a formação de capital humano para grupos historicamente em desvantagem, gera um efeito inverso em virtude da diferença entre grandezas pré-existente à entrada na universidade.

Gráfico 1 Ingressantes na UFJF, 2006-2012, percentuais segundo as cotas



Fonte: Beraldo (2015)

Nota-se no gráfico 1 que o índice de ingressantes negros cotistas não correspondia nem a 10%. O percentual dominante refere-se ao grupo C, ou seja, daqueles indivíduos provenientes da rede privada de ensino. Quando avaliados sob uma perspectiva mais voltada ao desempenho, temos algo semelhante a pesquisa anterior: alunos ingressantes pelo sistema de cotas, em especial os pertencentes ao grupo A, obtiveram índices menores em comparação a ingressantes de outros grupos. Neste caso específico foi analisado percentuais de alunos que concluíram a graduação na instituição analisada, onde o resultado obtido foi de percentuais inferiores referentes a cotistas, ou seja, os alunos cotistas ingressam no ensino superior e demoram mais tempo para concluir o curso no qual escolheram em relação aos não cotistas, assinalado na tabela 6:

Tabela 6 Alunos ingressantes, 20016-2011, e status em dez/2011.

Cota	Ativo	%	Concluído	%	Não Ativo	%	Total
C	5872	68,4	1490	17,4	1223	14,2	8585
B	3400	81,3	337	8,1	445	10,6	4182
A	985	83,5	68	5,8	127	10,8	1180
	10257	73,5	1895	13,6	1795	12,9	13947

Fonte: Beraldo (2015)

Analisando-se apenas os termos percentuais nota-se que os ingressantes pelo grupo A na tabela 6, obtêm os maiores índices na categoria “ativo”, ou seja, ainda permanecem como alunos da instituição de ensino e os menores índices de “concluído.” Este fato pode estar diretamente relacionado ao desempenho do estudante durante a graduação. Uma vez que este é considerado defasado, demanda-se um tempo maior de conclusão de curso em relação a um universitário que não se encontra no mesmo grupo.

Analisou-se um ponto considerado crucial: o índice de evasão dos universitários em relação ao seus cursos, no qual o resultado foi o de que os alunos “não ativos” são os que abandonaram os cursos ou trancaram a matrícula. Pode-se dizer que os alunos não cotistas são os que mais abandonam seus cursos, são 14% entre os próprios ingressantes, porém chegam a 68% de todos os alunos que evadiram (BERALDO, 2015).

Ou seja: apesar de obterem os piores índices em termos de desempenho, os alunos cotistas são os que menos abandonam seus cursos, mesmo que demandem de maior tempo para concluí-lo, no qual o autor levantou a seguinte hipótese:

(...) devida a algo como o valor simbólico (e concreto) de um aluno frequentar a UFJF ser maior do que o valor atribuído por um não cotista – que teria maior facilidade de passar em vestibulares de outras instituições. Então, segundo esta hipótese, o aluno cotista se apegaria à vaga conquistada, mesmo com todas as dificuldades em se manter na universidade. (BERALDO E MAGRONE, 2012).

Percebe-se o grupo A relaciona sua inserção no ensino superior a uma questão de valor. Oportunidade esta que, devido ao fato de, a maioria da população negra em termos percentuais quase não conclui-lo, “se apegam a vaga conquistada” tornando-se uma questão de honra, e assim sendo torna-se algo tão importante aos cotistas que estes nem cogitam a ideia de abandonarem seus cursos mesmo diante de dificuldades de acompanhamento e desempenho durante a graduação. Há também uma avaliação com realidade distinta, feita por Tereza Caminha Bezerra(2012), onde o resultado do desempenho dos alunos cotistas mostrou-se superior aos não cotistas a partir do 4º período da graduação. Quanto aos índices de evasão, têm-se em menor número para os alunos cotistas.

2.3 O ALUNO COTISTA

Nesta seção serão discutidas especificidades do cotista. Como caracteriza-se, quais são suas principais dificuldades de acordo com a literatura, bem como seus meios de apoio institucional, de modo a amparar ou pelo menos mitigar tamanhas dificuldades de manutenção no meio acadêmico.

2.3.1 Perfil Demográfico do Aluno Cotista

De acordo com Ferres Júnior e Dalfon (2015) no Brasil, a oferta da educação alterou-se significativamente a partir dos anos 1990, momento este coincidente com a discussão mais aprofundada a respeito da política de cotas no país.

Houve, através da Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, o crescimento do ensino superior. Apesar disto, o percentual de acesso dos jovens é ainda muito restrito abrange 19% na faixa etária de 18 a 24 anos (PNAD, 2009).

Nota-se uma espécie de elitização do ensino. Apesar de ter havido crescimento em relação ao acesso dos ensinos fundamental e médio, muito menos de 50% dos jovens que ocupam a faixa etária de 18 a 24 anos possuem acesso à educação. São dados um tanto quanto alarmantes quanto comparados com o percentual discutido. Infere-se desta forma que, muitos desses jovens não estudam pelo fato de terem que trabalhar desde de muito cedo, comprometendo seu crescimento intelectual.

Segundo Cesar (2003), apenas 2% das vagas do ensino superior do país eram preenchidas por afro-brasileiros. Isto reflete um quadro de desigualdades que se confunde com a própria história da educação em nosso país. Apesar destes dados parecerem um tanto quanto obsoletos, esta realidade é bastante atual. Estes números podem até ter ser modificado para percentuais maiores, porém a população negra, ainda está fora das universidades.

Os dados do censo demográfico de 2010 com relação às pessoas que frequentavam curso superior de graduação com relação à cor ou raça, 63% dos estudantes são da cor/raça branca, 5,3% preta, 1,5% amarela, 30% parda e 0,18% indígena (IBGE, 2010). Confirma-se assim a pressuposição anterior. Apenas 5,3% da população preta frequentava as universidades brasileiras. É importante salientar que neste ano a política de cotas já havia sido instaurada na maioria das universidades atuais e assim sendo, pouca coisa mudou em relação ao fato.

Segundo Nascimento e Pereira (2014) em uma pesquisa realizada pela UFBA, a respeito do perfil demográfico do cotista daquela região, com relação aos dados dos

estudantes que ingressaram no ano de 2005, observou-se uma predominância de estudantes do sexo masculino (54,4%).

2.3.2 Principais Dificuldades dos Cotistas para Manterem-se na Graduação de Acordo com a Literatura

Para satisfazer este tópico foi utilizada a pesquisa realizada por Alba Tereza Barroso de Casto, na UERJ, em 2006, envolvendo cotistas negros em que estes relatavam as dificuldades enfrentadas para manutenção no ensino superior. Foi utilizada também a pesquisa feita por Bianca Machado Concolato Vieira em 2014 esta na época mestranda na instituição de ensino UFJF, no curso de serviço social, sob cunho bem similar ao da primeira pesquisadora.

Segundo Castro (2006), os alunos encontram dificuldades para adquirir os textos e comparecer à universidade todos os dias. Algumas vezes, eles têm que optar entre tirar cópias dos textos e comparecer às aulas todos os dias, ou esperar para ver se o texto indicado pelo professor vai ser mesmo discutido em sala de aula. A bibliografia complementar é, assim, descartada por estes alunos, que se atêm apenas a alguns textos básicos da bibliografia obrigatória. E até para adquirir estes textos há uma organização da turma para baratear os seus custos: “Lá na sala a gente se junta e tira xerox a R\$ 0,50 fora da universidade. Outra alternativa é ter acesso aos livros na biblioteca, mas estes são em número insuficiente para atender a todos”(Castro,2006).

Nota-se que a dificuldade financeira afeta diretamente no aprendizado dos cotistas, uma vez que deixam de ter acesso a leituras consideradas importantes por seus educadores por falta de dinheiro para leituras consideradas básicas para os graduandos, quem dirá as complementares, o que pode perfeitamente justificar algumas dificuldades de assimilação de conteúdo. Ao tratar de forma fragmentada das dificuldades financeiras, Vieira(2014), faz as seguintes exposições de seus entrevistados:

(...) No momento trabalho de 8 às 12hs, e isso interfere nos meus estudos, porque acabo não tendo tempo para estudar, igual, eu saio daqui (universidade) 23h e vou chegar em casa 00h, já cheguei até 01h da manhã em casa. E no outro dia tenho que levantar cedo para trabalhar, é bem cansativo. (E1. Vieira, 2014)

(...) Hoje as atividades que faço são voltadas para minhas atividades acadêmicas, mas, no início do curso eu trabalhava no comércio de segunda a sábado, e saía de lá direto para Universidade, então eu não estudava na verdade, eu ia apenas as aulas, o que deixou um déficit no meu curso. (...) eu

tenho que pegar dois ônibus, às vezes demora 40 minutos em um e mais 40 minutos no outro, fora o tempo que eu fico esperando o ônibus passar. Até chegar aqui (universidade) é um tempo muito grande que se perde, então às vezes é um pouco estressante. (E4. Vieira, 2014)

(...) trabalho 8 horas por dia, saio às 18 horas e venho direto para faculdade. Isso interfere muito, dificulta muito, porque além dos compromissos com minha casa dificulta eu ter tempo para estudar, geralmente eu estudo domingo, feriado, dia de folga, meu trabalho não é pesado, mas, é o dia inteiro dentro do escritório, e dificulta estudar um pouco (...). (E6. Vieira, 2014)

Identifica-se também a necessidade destes alunos em realizar as atividades propostas bem como simplesmente ter tempo para estudarem, devido ao fato de serem obrigados a trabalhar durante a graduação para manterem-se na mesma, o que interfere-se diretamente no aprendizado uma vez que o tempo dedicado aos estudos é extremamente reduzido, o que acaba por gerar déficits, às vezes, irreparáveis.

São encontradas também dificuldades relacionadas especificamente ao tempo de indivíduos que não trabalham fora de suas residências, porém são incumbidos de realizarem serviços domésticos por este motivo. Devido às condições nas quais se inserem por seus familiares terem que trabalhar o dia todo, cabe a eles (cotistas negros) realizarem todo o serviço doméstico que por demandar uma quantidade de tempo considerável, acabam por prejudicar seus estudos:

(...) trabalhar não, mas, eu tenho minha casa né? Porque querendo ou não eu que tenho que fazer as coisas lá em casa, então pra eu estudar, fazer as coisas da faculdade, eu tenho que parar as coisas e fazer, geralmente eu faço à tarde, não é emprego formal, não tenho salário, mas, é todo dia né? (E5 apud Vieira, 2014).

(...) não trabalho fora, mas, tenho que fazer as coisas lá em casa, o serviço de casa é por minha conta, porque minha mãe e meus irmãos trabalham, então sou eu que lavo, passo, cozinho, arrumo a casa. Então, tenho que sair de casa e vim pra Federal mais cedo se eu quiser estudar, porque, se eu ficar lá tem sempre alguma coisa pra fazer, pra arrumar. (E10 apud Vieira, 2014)

Outro ponto considerado importante quando se fala em dificuldades no período da graduação, diz respeito ao apoio recebido pelos familiares dos cotistas. Por desacreditarem num futuro melhor para os negros, estes acabam por não apoiar a escolha de seus filhos/netos quando estes desejam ingressar no ensino superior. “Minha mãe [...] achava que eu deveria terminar o segundo grau e começar a trabalhar. Então a minha dificuldade, o meu obstáculo foi convencê-la que eu tinha que estudar ao invés de trabalhar, pois se fosse trabalhar não teria tempo de estudar para o vestibular. Minha avó dizia que eu estava perdendo meu tempo estudando, que eu tinha que trabalhar” (CASTRO, 2006).

Nestes casos também é destacado pela autora a falta de instrução dos familiares destes cotistas, que por falta de acesso ao conhecimento não veem motivos em os apoiarem em continuar estudando depois do ensino médio, principalmente devido a grande necessidade que suas famílias têm de trabalharem, por possuírem rendas baixas. Deste modo, ao deixarem de trabalhar para estudar na visão destes familiares, deixam de ter mais uma pessoa colaborando na renda familiar para terem “mais uma boca para alimentar.” Tendo ainda: “Meu marido achava que a faculdade não ia dar pra eu fazer, porque eu trabalhava fora e tinha a faculdade, isso me roubava o tempo livre, ele não via isso como um crescimento e sim como um se enrolar”.

De acordo com Castro (2006) o próprio termo “cotista” é considerado entre as alunas ouvidas como pejorativo, pleno de signos excludentes. Como exemplo ilustrativo, apresentamos o depoimento de uma aluna, remetendo-se ao interesse de um professor em saber quais eram os alunos cotistas e não cotistas. “[...] foi a única experiência que eu posso dizer que tem a ver com estigma, não sei, pode ter sido uma curiosidade de professor, mas eu senti que foi uma colocação que não caiu legal. Qual o interesse? Talvez ele até tivesse os motivos dele [...] só este fato que me deixou um pouco desconfiada, com um pé meio atrás, me perguntando por que isso?” Os alunos oriundos das cotas não procuram se identificar como tais: “Você não vai dizer que é cotista fica na retaguarda”.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa restringiu-se aos alunos negros cotistas ingressos na UFJF. A coleta de dados foi realizada no período de junho de 2016.

Quanto à natureza da pesquisa, nota-se que foi qualitativa, ao passo que “[...] os estudos denominados qualitativos têm como preocupação fundamental o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural” e ainda analisa “fenômenos que estão sendo estudados a partir da perspectiva dos participantes” (GODOY, 1995, p. 62).

A pesquisa qualitativa vai ao encontro dos ideais da autora ao passo que “o que se pretende, além de conhecer as opiniões das pessoas sobre determinado tema, é entender as motivações, os significados e os valores que sustentam as opiniões e as visões de mundo” (FRASER E GONDIM, 2004, p. 146).

Trata-se de uma pesquisa descritiva, pois de acordo com Godoy (1995, p. 58), a mesma se baseia em dados sobre as pessoas e toda a estrutura que compõe o objeto investigado, o que no caso apresentado refere-se aos cotistas negros da UFJF.

Assim sendo, a coleta de dados utilizou uma amostragem por conveniência, ou seja, não foi empregado nenhum processo estatístico de amostragem. Em paralelo, os indivíduos selecionados foram aqueles considerados mais aptos para o provimento de informações, pois são cotistas negros da UFJF e apresentam vínculo direto com o objeto de estudo da pesquisa: seis entrevistados sendo ingressos na UFJF necessariamente pelo grupo A (negros com renda familiar de até 1,5 salário mínimo por pessoa), sendo numeradas de E1 a E6, de modo a salvar a identidade do entrevistado.

Da mesma forma, o modo utilizado foi o de entrevista pelo fato de que “a entrevista na pesquisa qualitativa, ao privilegiar a fala dos atores sociais, permite atingir um nível de compreensão da realidade humana que se torna acessível por meio de discursos, sendo apropriada para investigações cujo objetivo é conhecer como as pessoas percebem o mundo”. (FRASER E GONDIM, 2004, p. 140).

A autora faz uso da entrevista semiestruturada, ao passo em que “um outro aspecto que justifica a defesa da não estruturação ou semi-estruturação da entrevista na pesquisa qualitativa é que esta abordagem almeja compreender uma realidade particular e assume um forte compromisso com a transformação social, por meio da autorreflexão e da ação emancipatória que pretende desencadear nos próprios participantes da pesquisa” (FRASER E GONDIM, 2004 p.145).

A pesquisa contou também com uma análise documental da instituição de ensino, buscando coletar dados formais a seu respeito.

Desta forma, a discussão de dados se dá de forma a retornar ao objeto de estudo, com foco no problema de pesquisa devido ao fato de a “[...]Discussão dos resultados e retorno ao objeto de estudo: as categorias representam a reconstrução do discurso a partir de uma lógica impressa pelo pesquisador, portanto expressam uma intencionalidade de reaperesentação do objeto de estudo, a partir de um olhar teórico específico.”(OLIVEIRA,2008)

E ainda teve como meio de análise de dados qualitativos, a análise de conteúdo que é “compreendida como um conjunto de técnicas de pesquisa cujo objetivo é a busca do sentido ou dos sentidos de um documento”(CAMPOS,2004).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção serão apresentados os resultados da pesquisa, bem como a análise dos mesmos. Para isto, seis alunos foram entrevistados, matriculados nos cursos de Administração, Direito e Engenharia Civil, buscando também uma ampliação de horizontes em relação ao campo de formação dos discentes.

4.1 O perfil socioeconômico dos respondentes

As primeiras perguntas tiveram o objetivo de traçar o perfil da amostra de alunos. Com base nas respostas pôde-se observar que estão na faixa etária de 22 a 25 anos, sendo a maioria, 5 de 6 entrevistados, do sexo feminino. Quanto à escolaridade, todos estão em sua primeira graduação, sendo todos ingressos da rede pública de ensino (4 entrevistados vieram de escola pública estadual e 2 de escola pública federal).

Quanto ao estado civil, todos os entrevistados são solteiros e nenhum deles possui filhos. A renda familiar estimada varia de 1 a 5 salários mínimos, tendo pelo menos 3 membros familiares. 5 de 6 entrevistados são naturais de Juiz de Fora, sendo o único membro não natural da cidade nascido na cidade de Descoberto, Minas Gerais. Com exceção deste todos os entrevistados moram com os pais, sendo que 3 dos entrevistados não trabalham, 2 trabalham no setor privado), um é empregado horista e um possui emprego informal.

A maioria dos entrevistados (5 em 6) são bolsistas do Programa de Apoio Estudantil. Apenas dois dos entrevistados possuem algum engajamento de natureza social ou política como atividade além da graduação, ambos em questões raciais.

Quando perguntados sobre um fator determinante para a entrada na universidade, destacam-se o incentivo e apoio familiar, incentivo dos amigos, o fato de a UFJF oferecer um ensino público e a insistência dos familiares para que se graduassem e ingressassem no mercado de trabalho.

Quando questionados a respeito de suas percepções iniciais sobre a dinâmica universitária, as principais relatadas foram uma espécie de estranhamento, proveniente de confrontos de natureza financeira (em relação aos colegas de turma) e acadêmica, ou seja, assimilação de conteúdo diretamente relacionado ao aprendizado. Foi relatada também uma espécie de incômodo com o sistema de resolução de pendências adotado pela instituição de ensino, sendo considerado demasiadamente burocratizado.

Ao serem interrogados em relação aos impactos que a graduação promoveu ou promoverá em suas trajetórias (como indivíduo, cidadão e profissional), todos os entrevistados visualizaram crescimento promovido pela inserção na instituição de ensino. Apenas 2 dos entrevistados destacam com maior ênfase a promoção de crescimento profissional. Os 4 outros entrevistados, acreditam que obtiveram mais crescimento enquanto indivíduo e cidadão que enquanto profissional, produto de variados motivos como, por exemplo, a escolha equivocada de seu curso.

4.2 Descrição das principais dificuldades dos universitários cotistas da UFJF

Nesta subseção os entrevistados foram questionados sobre as principais dificuldades de natureza econômica, pedagógica e relacional (em relação a familiares, colegas de turma e docentes).

Quando interrogados em relação às principais dificuldades de natureza econômica que enfrentam ou enfrentaram para se manterem na universidade, 5 dos 6 entrevistados destacam ter por principal dificuldade a falta de recurso para transporte. No caso do entrevistado que não possui esta dificuldade, destaca-se que reside em bairro próximo à instituição de ensino, dispensando a utilização de condução, destacando possuir como maior dificuldade a manutenção de aluguel. 4 dos 6 entrevistados relatam ter dificuldade em adquirir materiais didáticos. Foi destacado ainda a necessidade de obter uma renda extra como, por exemplo, estágio, para manter-se na graduação ressaltando que tal providência acaba por impossibilitar ao aluno a oportunidades de participar de atividades extracurriculares, que potencializam o aprendizado do aluno e, ainda, dificuldades relacionadas a alimentação.

Quanto às principais dificuldades de natureza pedagógica que enfrentam ou enfrentaram para manterem-se na universidade, a maioria dos entrevistados destaca disciplinas relacionadas ao cálculo, devido a falta de base dos ensinamentos fundamental e médio, de natureza pública, dos quais vieram.

Ao serem questionados em relação às principais dificuldades de natureza relacional, relativas a familiares, colegas de turma e docentes enfrentam ou enfrentaram para se manter na universidade, dois entrevistados (E1 e E5) relatam que não tiveram dificuldade alguma de natureza relacional. E2 destaca ter o apoio da família como fator positivo e como negativo o fato da turma ser desunida. E3 destaca a pressão da família em estudar mais e mais na universidade para ingressar mais rapidamente ao mercado de trabalho e a desunião de sua turma.

O entrevistado E4 destaca passar por um estresse familiar, acrescentando que a este estresse acaba por interferir no convívio com a família. Em relação a colegas de turma, destaca a disparidade de renda como fator que acaba que afasta uns alunos de outros, devido ao fato de vivenciarem experiências distintas. Em relação a docentes, destaca que varia de um para outro, que percebe uma relação indiferente dos mesmos em relação a diferenças de realidade vivida pelos alunos.

O entrevistado E6 destaca o fato de ser a primeira pessoa de sua família a entrar em uma faculdade, algo que impacta na questão familiar, visto que não tem a quem recorrer em caso de dúvida. Em relação a colegas de turma, destaca haver uma desunião, relacionando-a a questões de classe e raça. Em relação aos docentes, destaca a mesma indiferença de E4.

4.3 Análise das principais dificuldades dos universitários cotistas da UFJF

A Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) foi criada no ano de 1960, por ato do então presidente da república Juscelino Kubitschek. A formação da instituição se deu com a agregação de estabelecimentos de ensino superior já existentes em Juiz de Fora, que foram então reconhecidos e federalizados. Naquele momento, a Universidade oferecia os cursos de Direito, Medicina, Farmácia, Odontologia, Engenharia e Economia. Tempos depois, foram também vinculados os cursos de Geografia, Letras, Filosofia, Ciências Biológicas, Ciências Sociais e História. Em 1966 foi inaugurado o Hospital Universitário da UFJF, transferido em 1970 para o bairro Santa Catarina.

Em 1969, foi construída a Cidade Universitária, numa área de 1.234.193,80 m², a fim de concentrar os cursos em um único local. Em 2007, com a adesão ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a UFJF promoveu um expressivo aumento de vagas, passando de 2.140 vagas no início de 2008 para 4.496 vagas de ingresso anuais em 2014.

A Pró-Reitoria de Apoio Estudantil e Educação Inclusiva –(PROAE) é o espaço, dentro da estrutura da Universidade Federal de Juiz de Fora, dedicado à formulação, implantação, gestão e acompanhamento de políticas de apoio estudantil, de modo articulado ao movimento estudantil e às políticas desenvolvidas no cenário nacional, com destaque ao Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE).

Por apoio estudantil, compreende-se o enfrentamento de demandas socioeconômicas dos discentes, para que a democratização do acesso ao ensino superior seja acompanhada de efetivas possibilidades de permanência dos estudantes; bem como o enfrentamento de

demandas psicopedagógicas, com o objetivo de que o nosso universo crescente de alunos possa se sentir acolhido e reconhecido em sua diversidade e singularidades. Por meio da atuação integrada da PROAE com a Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD, a Diretoria de Ações Afirmativas - DIAAF, a Coordenação de Acessibilidade Educacional, Física e Informacional - CAEFI, a Pró-Reitoria de Extensão - PROEX, a Pró-Reitoria de Cultura - PROCULT e as unidades acadêmicas, a UFJF busca construir uma educação pública cada vez mais inclusiva e sensível às mais diversas demandas de seus(suas) discentes (UFJF, 2015).

Segundo o site institucional da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil - PROAE, esta tem como estrutura a forma de um pró-reitor, uma equipe de assistentes sociais, uma pedagoga, uma equipe de psicólogos e uma equipe administrativa. A mesma possui as seguintes modalidades de assistência:

- A Bolsa PNAES: é destinada aos graduandos dos cursos presenciais da UFJF, exceto Medicina e Enfermagem, que comprovem vulnerabilidade socioeconômica (baixa renda), não tenham concluído um curso de graduação (exceto primeiro ciclo dos bacharelados interdisciplinares) e estejam dentro do número de bolsas oferecidas pela UFJF. O valor da bolsa PNAES mantém relação de isonomia com a Bolsa Permanência do MEC, portanto, o valor de R\$400,00 por mês.
- O Auxílio Moradia: é um apoio financeiro mensal, no valor de R\$340,00, destinado aos alunos oriundos de cidades distintas do local onde está instalado o campus da UFJF (Juiz de Fora ou Governador Valadares). Para pleitear o auxílio moradia o (a) discente deve comprovar pagamento de aluguel e não possuir (o próprio ou membros do grupo familiar) imóvel na cidade onde estuda.
- O Auxílio Alimentação: é constituído por refeições gratuitas (café, almoço e jantar) nos Restaurantes Universitários da UFJF, respeitado o sistema e horário de funcionamento dos RUs.
- O Auxílio Transporte: é constituído pelo recebimento mensal de vale-transporte para o deslocamento da residência do (a) discente ao respectivo campus da UFJF durante o período letivo.

- O Auxílio Creche: é destinado aos e às discentes que possuam dependentes legais até 5 (cinco) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias, inclusive. O apoio financeiro objetiva o custeio parcial com os dependentes, no valor único de R\$321,00. Caso ambos os pais e/ou responsáveis legais sejam discentes da UFJF, apenas um fará jus ao auxílio(UFJF,2016).

A assistência estudantil conta ainda com oficinas pedagógicas e com o grupo “Fora de Casa” destinado exclusivamente aos alunos não naturais da cidade de Juiz de Fora, que segundo o site institucional. oferece um espaço de grupo que favorece a troca de experiências e a participação em atividades lúdicas, acompanhadas de reflexões sobre esta transição e sobre essa nova fase da vida do estudante, que é a graduação. O Grupo Fora de Casa também tem o objetivo de estimular o desenvolvimento de habilidades sociais e acadêmicas, instigando a construção de novos papéis, com aprendizagem de estratégias de adaptação. Se dá por seis encontros ao longo do semestre letivo, no qual no semestre 1/2016 ocorreu às quartas-feiras nas seguintes datas: 01/06/2016; 08/06/2016; 15/06/2016; 22/06/2016; 29/06/2016 e 06/07/2016 das 10 às 12h.

Ao serem questionados sobre quais iniciativas de auxílio relacionadas às principais dificuldades de natureza econômica conhecem, todos os entrevistados identificaram o apoio estudantil. Porém, ao serem perguntados sobre o modo como as avalia, alguns destes mostram-se insatisfeitos em relação a efetividade do método:

Eu sei do Apoio, alimentação no RU⁷, transporte, agora mudou alguma coisa, Permanência, PNAES, essas coisas... É importante sim, porque, pessoas que vem de fora pra cá manter assim, do nada, é complicado. Então eu acho que tem que ter, pode ter uma política mais correta, mais transparente para conceder o benefício, uma coisa mais correta acho que seria melhor....Tipo assim, ter mais transparência, dos Editais, tem muito documento que pede e não precisa, essa questão ser transparente mesmo, como ver como funciona, sabe, essas coisas, porque não sei se já ouviu falar ‘quanto mais papel melhor’, talvez não é bem assim entendeu? Ser mais transparente nesse sentido (E1)

“O Apoio Estudantil só, que eu entendo como auxílio financeiro né? Pros alunos que tem uma renda mais baixa, tem a questão de pessoas que tem uma condição confortável e conseguiu burlar o sistema e também ser contemplado com o Apoio... Eu acho que, nesse sentido, é uma medida que funciona, mas que deixa a desejar porque pode, muitas vezes, estar deixando de contemplar

⁷ RU refere-se a Restaurante Universitário

alunos que realmente precisam, e contemplando alunos que não precisam por falta de averiguar a questão da documentação, a questão da renda, a questão das rendas extras, que, às vezes, a pessoa tem... como não é formal, as pessoas não sabem. Então, eles pedem uma pilha de documentos mas eu acho eles não averigam quase nada, se aquilo é verdade ou não (E4)”

Em relação a isto, o Regimento Acadêmico da Graduação – RAG/UFJF, cita uma iniciativa pedagógica na tentativa de solucionar o problema. A mesma, não iniciada pela PROGRAD, dizia:

“Art. 39. A verificação periódica do aproveitamento nas atividades acadêmicas cursadas pela discente ou pelo discente, realizada através de sistema automatizado institucional, tem o objetivo de identificar as dificuldades por ela ou por ele apresentadas e auxiliá-la ou auxiliá-lo na recuperação de seu rendimento acadêmico.

Art. 40. Faz jus e entra em acompanhamento acadêmico a discente ou o discente que tiver CEI ou CET considerados insuficientes ou que demandem necessidade de acompanhamento.

Parágrafo único. As normas do acompanhamento acadêmico são definidas pelo Conselho Setorial de Graduação.

Art. 41. A matrícula da discente ou do discente que estiver em acompanhamento acadêmico é realizada conforme programação para o semestre de acompanhamento, definida em documento próprio, sob orientação da Coordenação do Curso (UFJF,2016)”.

Desta forma, é possível observar que, apesar de propor medidas de auxílio aos estudantes que necessitam deste para manter-se na universidade, o método não parece estar contemplando todos os necessitados, visto também a sua não efetividade. Apenas um entrevistado identificou outras iniciativas de auxílio financeiro além do PROAE:

“... o Apoio Estudantil né, que tem várias modalidades (Bolsa, Auxílio Creche, Transporte) TP (Treinamento Profissional), aquelas bolsas PIBID⁸, são essas opções... E tem TP/CG⁹ que é para Coordenação, acho que é isso.(E6)”

Nota-se que a maioria dos cotistas, devido aos mais variados motivos, reconhecem apenas o apoio estudantil como forma de auxílio, não lembrando-se de outras políticas públicas de auxílio promovidas pela universidade como por exemplo bolsas de Treinamento Profissional, Extensão e até mesmo as Monitorias.

Faz-se importante esclarecer que estes tipos de auxílio não se enquadram no apoio estudantil que são adquiridos de acordo com a necessidade de cada aluno, através de análise

⁸ PIBID corresponde a Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência

⁹ TPCG corresponde a Treinamento Profissional/Coordenação da Graduação. Refere-se a bolsas na modalidade treinamento profissional, para atuação junto às coordenações de curso

socioeconômica. Estas outras formas de auxílio referem-se a uma espécie de contrapartida às atividades extraclasse, tendo natureza “meritocrática”, ou seja, conquistada através de algum esforço do aluno, indo além de necessidades como algum processo seletivo por exemplo. Podem ter origem administrativa como a bolsa de Treinamento Profissional – TP, de pesquisa como a iniciação científica, de ensino como a monitoria ou de extensão dada pela PROEX.

Outro exemplo foi o caso da monitoria, que não corresponde a uma iniciativa promovida pelo apoio estudantil tendo apenas um entrevistado que conhece a política de apoio pedagógico da UFJF, porém nunca a procurou. Quanto à avaliação de tais dificuldades de natureza pedagógica, destaca-se um incômodo em repetir disciplinas que comprometem o andamento do curso, consideradas pré-requisito, uma vez que desejam graduar-se o quanto antes para ingressarem efetivamente no mercado de trabalho:

“Eu acho que isso é horrível, porque você acaba ficando atrasado em relação a turma né? Porque você tem que aprender além do que você está aprendendo na faculdade, você tem que retomar aquilo que você tinha que ter aprendido no Ensino Médio, no Ensino Fundamental e não aprendeu. Então eu acho que isso é muito ruim (E2)”

“Isso interfere muito na vida do aluno, porque se repete uma disciplina, aí você chega no outro período, repete a disciplina de novo e mais uma e vai agarrando, aí você depende dessa disciplina para fazer outras três, então você fica preso ali sem poder fazer. Interfere muito na dinâmica do aluno dentro da Universidade, porque ele acaba se sentindo “burro” e talvez não seja culpa dele, é culpa da trajetória histórica dele e do modo que a Universidade trata esses alunos (E6)”

Percebe-se que a falta de base no ensino médio interfere diretamente na aprovação destes alunos em disciplinas indispensáveis para sua graduação, uma vez que são base para outras disciplinas. Esta dificuldade pode demandar outras alternativas pedagógicas como programas de nivelamento, maior investimento em monitorias, demanda por leituras complementares dentre outras opções visando suprir esta lacuna e colocar alunos, cotistas e não cotistas em um só patamar.

Quando questionados ao conhecimento de iniciativas de auxílio promovidas pela UFJF de natureza relacional, nenhum dos entrevistados identificaram qualquer iniciativa de auxílio promovida pela instituição.

Ao serem interrogados de forma direta a respeito da forma como avaliam a política de apoio estudantil, todos os entrevistados identificam extrema importância quanto ao plano em si, porém reforçam a ideia de que este deveria ser melhor avaliado:

“Eu acho muito boa essa ideia de ajudar os alunos sabe, que ficam se ter como estudar. O problema é a falta de critério e a burocracia para conseguir

apoio, tipo o tanto de documentos que a gente manda e uns ganham o apoio e outros não, isso que é ruim, mas a ideia é boa sim. (E1)”

“Eu acho que a política de Apoio Estudantil, uma política assim, muito boa, eu acho que tem gente que depende muito disso, e por isso ela é tão importante, tem gente que depende exclusivamente do Apoio Estudantil, mas eu acho também que há de se fazer uma revisão dos métodos de seleção da política de Apoio Estudantil, porque a gente percebe muitas vezes que pessoas que precisavam muito, que precisam muito do Apoio, acabam não recebendo e a gente não sabe o porquê, os critérios de seleção são muito arbitrários. (E2)”

“Eu acho que é uma política boa, mas é uma política que precisa ser melhorada a fiscalização, para quem é concedido ou não, tem que ser modificada e tal. Mas eu acho que é uma política boa, válida, assim. (E5)”

Desta forma, confirma-se a necessidade e importância da política de apoio estudantil. Porém, foi ressaltada uma espécie de falta de critério como dito por E1, em fiscalizar os indivíduos que realmente necessitam deste auxílio. É identificado também que este fato se deu recentemente, ressaltando que a política em questão já foi mais equânime:

“Então, no começo, quando a gente entrou na faculdade (2011-2012), era um apoio mais justo, agora ficou uma coisa praticamente impossível de conseguir, porque assim, tem gente que precisa que eu vejo, eu consegui transporte mas não é o transporte que me atendia, precisava do transporte e mais uma bolsa, mas eles não fizeram questão, não sei se é por falta de verba, e cortaram muita gente. É isso que tá complicando na Universidade, porque você tem um curso que é integral, você tem que estudar de manhã, de tarde, qualquer horário e a Faculdade acha que você não precisa de dinheiro, mas você gasta com Xerox, você gasta com passagem, com alimentação, e o Apoio está deixando desejar nesses últimos tempos (E3)”

“Então, eu acho que o ideal seria cada aluno verificar e apresentar as necessidades, e eles a oferecerem, se o aluno precisar de dinheiro, precisar de transporte, de alimentação, ele deve receber esses três sem precisar trabalhar, porque, se ele for trabalhar, que horas ele vai estudar? Então, a UFJF deveria dar esse suporte aos alunos (E6)”

Nota-se a partir das falas de maneira clara, a insatisfação em relação à efetividade da política de assistência estudantil. Faz-se necessário considerar a partir da fala de E6 que, mesmo se o aluno trabalhar, a falta de tempo para o estudo, devido à ausência da política de apoio estudantil, pois os alunos têm que buscar formas alternativas de auxílio financeiro, afeta os cotistas atualmente de forma negativa. A burocratização em obter o auxílio também é algo que incomoda os entrevistados:

“O que mais me incomoda é a gente sempre levar uma papelada de documentação e pelo menos assim, na minha casa nunca nem ligaram para saber se eu realmente morava ali, se aquele telefone era o meu mesmo, se a renda que eu declarei era aquela mesma. Então nesse sentido é prejudicial para os alunos que estão sendo excluídos do Apoio, porque as pessoas não

verificaram, e está sendo bom para os malandros que tentam burlar através de falsidade ideológica, levar documentação, comprovante de residência de outro lugar, de outra pessoa. Para eles tem sido ótimo. (E4)”

Além do incômodo a respeito da burocratização na obtenção o auxílio, reforça-se a falta de fiscalização em relação à compatibilidade das pessoas que recebem o auxílio das que realmente necessitam dele... Desta maneira, conclui-se que, em resumo temos:

Quadro 2 Resumo das principais dificuldades relatadas por formas de estrutura da UFJF para o enfrentamento de dificuldades

Dificuldades Relatadas	Estrutura e Meios da UFJF para Enfrentamento das Dificuldades
Dificuldades de natureza econômica como falta de recurso para transporte e alimentação	Política de assistência estudantil par atender necessidades por meio de avaliação socioeconômica e outras que necessitam de esforço meritocrático como bolsas de treinamento profissional, monitorias, iniciações científicas e bolsas de extensão.
Dificuldades de natureza pedagógica, como a falta de base para disciplinas quantitativas.	Monitorias além da atuação dos docentes em salas de aula.
Dificuldades diretamente relacionadas à política de assistência estudantil como o fato dos alunos precisarem do auxílio, porém, se sentir insatisfeitos devido ao fato de ser burocratizado e pouco criterioso.	A Pró-Reitoria de Assistência Estudantil que possui mais de uma modalidade visando contemplar o maior número possível de universitários como bolsa permanência, auxílio alimentação, auxílio transporte, bolsa PNAES dentre outras, que contribuem para minimizar as dificuldades de manutenção na universidade do universitário cotista.

FONTE: Elaboração da autora

Desta forma, observa-se que apesar de simples, sabe-se que os caminhos necessários a percorrer para a efetiva atuação destas e outras iniciativas não se apresentam tão simples quanto parecem, uma vez que dependem de fatores interdependentes e principalmente que demandam esforço não só por parte do universitário em si como de setores interdependentes dentro da instituição de ensino que acabam por interferir diretamente no cotidiano destes alunos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Política de Ações Afirmativas, criada nos EUA na década de 1960, instituída no Brasil na década de 1990, busca a equidade entre as classes sociais, tendo por uma de suas formas a Política de Cotas. Esta, difundida nas universidades brasileiras no início dos anos 2000, tendo por pioneiras a Universidade de Brasília e a Universidade Federal da Bahia, tornou-se mecanismo de inserção de milhares de pessoas no ensino superior, que de certa forma não imaginaram atingir tais patamares considerados altos para muitos e até mesmo inatingíveis.

Esta política buscou também a inclusão de uma classe pouco vista no meio universitário: a população preta, segundo critério do IBGE. Segundo Moura (1994)“ [...] houve um período no qual o negro não encontrava possibilidades de se integrar economicamente e encontrar a sua identidade étnica de forma não fragmentada e confusa. Daí uma fase onde ele, como elemento mais onerado no processo de passagem da escravidão para o trabalho livre, desarticulou-se social, psicológica e culturalmente [...]”. Desta forma, a Política de Ações Afirmativas juntamente a Política de Cotas buscou proporcionar parte desta inserção cultural. No entanto, a implantação desta política não se deu da maneira mais consensual possível, visto que houve diversos argumentos favoráveis e também desfavoráveis a respeito da implantação da política em questão.

Desta forma, mesmo depois de tais divergências argumentativas, a política foi implantada, atendendo disparidades de classe e raça. Na UFJF, foi instituída em 2006, sob a condição de teste que duraria dez anos, na tentativa de realizar-se uma nova avaliação sobre a discussão. Em relação aos cotistas raciais, é de conhecimento daqueles que conseguiram, mesmo perante diversas dificuldades de natureza histórica, social e econômica, ingressarem no meio universitário. No entanto, não é de conhecimento comum se os mesmos tiveram as mesmas condições para se graduar neste meio e muito menos se tiveram, ou têm, dificuldades para manter-se na universidade.

Levando em conta este contexto, o presente trabalho buscou responder ao seguinte questionamento: *quais são, na perspectiva dos universitários negros cotistas, as principais dificuldades por eles enfrentadas para se manterem na universidade?*

O problema acima inspirou a elaboração de objetivos específicos que pretendiam: a) reconhecer, a partir da revisão bibliográfica, as características socioeconômicas do universitário cotista; b) identificar, na perspectiva de negros cotistas, graduandos da UFJF, as principais dificuldades de natureza econômica, pedagógica e relacional, para sua permanência

na universidade; c) analisar tais dificuldades, relacionando-as às iniciativas de apoio estudantil da UFJF.

Deste modo em resposta ao problema de pesquisa é possível afirmar que possuem tais dificuldades, tendo mais de uma natureza, sendo elas econômica, pedagógica e relacional (envolvendo familiares, colegas de turma e docentes) para se manterem na universidade.

Como evidências que confirmam esta constatação, foi realizada, além de pesquisa bibliográfica, uma pesquisa por meio de entrevista com seis alunos da UFJF, todos ingressos sob a política de cotas racial, buscando identificar estas dificuldades bem como as avaliar, juntamente com uma espécie de correlação com a política de Apoio Estudantil da instituição de ensino visando também compreender como os cotistas negros a avaliam

Atendendo ao objetivo específico *a*, conclui-se que no Brasil, em essência, que se tratam de indivíduos nas faixas de idade de 18 a 24 anos, com predominância do sexo masculino (54,4%), nos quais, 63% dos estudantes são da cor/raça branca, 5,3% preta, 1,5% amarela, 30% parda e 0,18% indígena (IBGE, 2010).

Em resposta ao objetivo específico *b*, têm-se que, nas dificuldades de natureza econômica, destacaram-se a falta de recursos para transporte; problemas em obter os materiais didáticos mínimos exigidos pela instituição de ensino; dificuldades relativas à alimentação e até mesmo em ter que providenciar uma fonte secundária de renda na busca de suprir faltas.

No correspondente, as dificuldades de natureza pedagógica destacaram-se a falta de base acadêmica mínima para a disciplina da área quantitativa, visto que necessita de princípios de matemática para a efetiva compreensão do conteúdo e pelo fato dos cotistas advirem de instituições públicas de ensino, sendo estas muitas vezes precárias, tal realidade impactou diretamente na aprovação destes, tendo sido reprovados até mais de uma vez na disciplina, o que resultou no atraso ao formar-se na graduação.

Em resposta ao objetivo específico *c*, a maioria dos alunos não conhece todas as iniciativas de auxílio promovidas pela UFJF para a solução do problema, sejam estas de quaisquer natureza.

Tal constatação se vale para a avaliação das dificuldades de natureza pedagógica, uma vez que a única iniciativa de auxílio reconhecida pelos alunos foi a Monitoria.

Em relação a avaliação e conhecimento de iniciativas de auxílio relacional nenhum dos entrevistados identificou qualquer iniciativa por parte da instituição de ensino em relação a resolução do problema.

Quanto a Política de Apoio Estudantil de forma mais específica, os alunos a reconhecem como sendo de suma importância em suas vidas para permanência na

universidade, porém mostram-se insatisfeitos com a forma com que estão sendo direcionadas as concessões, bem como os critérios de classificação dos contemplados, alegando que o plano contempla alguns alunos e não contempla outros que também estariam necessitando do auxílio. Vale ressaltar que, na data de defesa deste trabalho novas práticas estão em curso, por meio de novos gestores que ocuparam novos cargos recentemente tanto Reitoria quanto Pró-Reitoria, o que pode, daqui a algum, tempo modificar a situação atual, pois não há, ainda, tempo suficiente para que se faça uma avaliação.

O estudo contribuiu para a compreensão das dificuldades dos cotistas da UFJF, que quando confrontadas com as expressas na literatura não se fazem muito dispare. Também teve suma importância para a autora, proporcionando ampliação de conhecimento, que pôde perceber que a implantação do sistema de cotas foi essencial para a inserção destes alunos, porém ainda há muito o que ser feito por parte da instituição de ensino, em prol de proporcionar o mínimo de condições necessárias a manutenção destes e outros alunos, para sua permanência na universidade de forma efetiva.

Faz-se importante salientar que a busca para este e outros questionamentos não terminou. Por tratar-se de um assunto vasto, este trabalho limitou-se a algumas dificuldades, podendo perfeitamente haver outras, não discutidas que também interferem na vida do cotista. Em relação a instituição de ensino, pode-se afirmar que também há muito o que conhecer. Além disso, seria interessante o aprofundamento de estudos como a percepção dos docentes bem como sua opinião a respeito da implantação da políticas de cotas, quais foram os impactos que a política de cotas trouxe ao rendimento acadêmico da UFJF e até mesmo a busca de uma contrapartida mais enfática, da política de apoio estudantil em relação às insatisfações dos universitários como, por exemplo, a busca de fatores que contribuíram a sua não efetividade, tornando-se até uma espécie de justificativa para a não resolução de problemas.

6 REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE. Pedro Henrique; CRUZ. Bruno de Oliveira; OLIVEIRA. Carlos Wagner de A.; SANTOS. Yuri R. **Aglomeraco econômica e migrao**: uma análise para o caso brasileiro. Brasília, dez,2013.

BARROS. Cesar Mangolin. **O movimento negro ao longo do século XX**: notas históricas e alguns desafios atuais.2003.

BELTRÃO. Kaiz Iwakami; SUGAHARA. Sonoe; PEYNEAU. Fernanda Paes Leme. **Mercado de trabalho urbano**: clivagens raciais na década de 1990.Rio de Janeiro,out,2003.

BERALDO, A. F. e MAGRONE, E. **Política de Cotas na UFJF**: eficácia e eficiência. In: Revista de C. Humanas. V12, n.2;p.370-387, jul./dez. 2012. Viçosa.

BERALDO, A. F. e MAGRONE, E.. **Política de cotas na universidade Federal de Juiz de Fora**: avaliao 2006-2011. In: O impacto das cotas nas universidades brasileiras (2004-2012) / Joclio Teles dos Santos, organizador. Salvador: CEAO, 2015

BRASIL. **Lei n. 12.288**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm>. Acesso em: 03 mar. 2016.

BRASIL. **Lei n. 12.771**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituies federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 14 fev. 2016.

BRASIL. SENADO DO GOVERNO FEDERAL. 2016. Disponível em <<https://www.senado.gov.br/noticias/jornal/cidadania/cotas/not03.htm>> Acesso em: 05. fev. 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAO. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cotas/sobre-sistema.html>> Acesso em 16. jan.2016.

CARVALHO, J. J. de. **Inclusão étnica e racial no Brasil**: a questão das cotas no ensino superior. São Paulo: Attar, 2011.

CASTRO. Alba Tereza Barroso. **Estudantes de cotas**: um convite  reflexão. Revista Virtual Textos & Contextos, n 5, nov. 2006.

CERQUEIRA. Daniel. R.C; MOURA. Rodrigo Leandro. **Vidas Perdidas e Racismo no Brasil**. 2013.IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicad.2013.

DOMINGUES. Petrnio. **O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil(1889-1930)**. Diálogos Lationoamericanos.

DUARTE. Allan Coelho. **A constitucionalidade das políticas de aes afirmativas**. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Consultoria Legislativa, abril,2014.

FERES JÚNIOR. João; Daflon. Verônica Toste. **A nata e as cotas sociais: genealogia de um argumento político.** Opinião Pública, Campinas, vol. 21, nº 2, agosto, 2015.

FERNANDES, Florestan In: BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branços e Negros em São Paulo.** São Paulo: Anhembi, 1971.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes.** 3. ed. São Paulo: Ática, 1978. v. 1.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. **Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa.** 2004. Universidade Federal da Bahia, Paidéia, 2004.

GRISA. Gregório Durlo. **Pensando o significado das cotas sociais e raciais nas universidades públicas brasileiras.**2008.

GRUPO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES DA AÇÃO AFIRMATIVA - GEMAA. **"Ações afirmativas"**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://gemaa.iesp.uerj.br/dados/o-que-sao-acoes-afirmativas.html>> Acesso em: 06. mai.2016.

GUIMARÃES. Antônio Sérgio Alfredo. **Acesso de negros às universidades públicas.** Cadernos de Pesquisa, n. 118, p. 247-268 março, 2003.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** 1995. Revista de Administração de Empresas, SP, 1995.

HENRIQUES. Ricardo. **A desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90.** Rio de Janeiro, jul.2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Conceitos.** Brasília,2016. Disponível em<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadore_sminimos/conceitos.shtm> Acesso em: 04. ago.2016.

LAGO. Juliana; MALBOUISSON. Cláudia; SILVA. Vinicius Felipe; CAVALCANTI. Ivanessa. **Cotas e desempenho na Universidade Federal da Bahia: uma análise dos ingressantes de 2010 a 2012.**XI Encontro de Economia Baiana, set.2014.

LOBO. Maria Beatriz. C.M. **Por que eu sou contra as cotas nas universidades brasileiras?** 2011.

LOPES. Robson da Silva. **O movimento negro no Brasil: lutas e conquistas em prol de uma sociedade equânime.** 2014. Curso de Pós Graduação. História da Cultura Afro-Brasileira. FANAN- Faculdade de Nanuque.

MARTINS. Sergio da Silva. **Ação Afirmativa e Desigualdade Racial no Brasil.** 1996.

MATIJASCIC. Milko; SILVA. Tatiana Dias. **Situação social da população negra por estado.** Brasília: IPEA, 2014.

MOEHLECKE. Sabrina. **Ação afirmativa:** história e debates no Brasil. Cadernos de Pesquisa, n. 117, n. p197-217 novembro, 2002.

MOURA FILHO. José Luiz; MELO. Ana Lúcia Aguiar. **A permanência na UFSM por meio do Programa Permanente de Acompanhamento e Apoio Sociopedagógico.** Fórum da Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa, dez,2013.

MUNAGA. Kabengele. **A difícil tarefa de definir que é negro no Brasil.** 2004. Entrevista de Kabengele Munanga.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do Negro Brasileiro:** processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, pp.41 e 92.

NASCIMENTO. Jaqueline Dourado; PEREIRA. Sheila Regina dos Santos. **O perfil dos cotistas da UFBA:** um estudo descritivo. Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste. Natal, Rio Grande do Norte, out,2014.

OLIVEIRA, Denize Cristina de. **Análise de conteúdo temático-categorial:** uma proposta de sistematização. 2008. Rev. enferm. UERJ, Rio de Janeiro, 2008.

OLIVEIRA. Fátima. **Ser negro no Brasil:** alcances e limites. Estudos Avançados 18 (50), 2004.

OSORIO. Rafael Guerreiro. **A mobilidade social dos negros brasileiros.** Brasília, ago.2004.

PACHECO. Jairo Queiroz; SILVA. Maria Nilza da. **O negro na universidade:** direito à inclusão. 2007.

PINHEIRO. Juliene. S.S.P. **Desempenho acadêmico e sistema de cotas:** um estudo sobre o rendimento dos alunos cotistas e não cotistas da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2014.

Projeto LEAFRO – Laboratório de Cultura e Estudos Afro-Brasileiros. **Questão etnicorracial:** uma problematização sobre a lei 10.639/03 e seus desdobramentos.2010.

SANTOS. Joel Rufino. **A Inserção do Negro e seus Dilemas.**1999.Projeto Brasil 2020.

SANTOS. Maria Cristina Elyote Marques; SANTOS. Paulo César Marques de Andrade. **Universidade e Política de Cotas:** o acesso e a permanência do cotista na Universidade do Estado da Bahia. Xi Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Salvador, ago,2011.

SILVA. René Marc da Costa. **A constituição de 1988 e a discriminação racial e de gênero no mercado de trabalho no Brasil.** Int. Direito: Rev. Colômbia. Direito Int. Bogotá (Colômbia) Nº 23: 235-266, jul – dez, 2013.

SILVA. Petronilha Beatriz Gonçalves. **Direitos Humanos, Negros e Educação.** Congresso Interamericano de Educação em Direitos Humanos. Brasília, ago/set.2004.

SILVA. Tássia Fernanda de Oliveira. **Lei 10.639/03:** por uma educação antirracismo no Brasil. Ano VII, V.16, jul-dez de 2012 - ISSN 1980-8879 | p. 103-116.

SISTEMA DE PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO. **A desigualdade entre negros e não negros no mercado de trabalho, no período 2004-2008.** Salvador, 2009.

SISTEMA DE PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO. **Os negros no mercado de trabalho em 2012:** A rota de redução de desigualdades na RMS. São Paulo, 2013.

TEIXEIRA. Juliana Cristina; NASCIMENTO. Marco César Ribeiro. CARRIERI. Alexandre de Pádua. **De “Xica Da Silva a “Funcionário da Cozinha do RU”:** Manifestações Discursivas de Sexismo e Racismo nas Universidades Brasileiras. XXXVIII Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, set, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Conselho Superior. **Resolução nº. 16/2004.** Aprova Relatório da Comissão sobre a adoção do sistema de cotas na UFJF. Disponível em: < <http://www.ufjf.br/copese/files/2015/09/Res-16-2004.pdf>> Acesso em: 10 abr. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Conselho Superior. **Resolução nº. 05/2005.** Disciplina o disposto na Resolução nº. 16/2004 do Conselho Superior e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/copese/files/2015/09/Res-05-2005-CONSU1.pdf>> Acesso em: 10 abr. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. LEGISLAÇÃO. PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL. 2015. Disponível em <<http://www.ufjf.br/ufjf/sobre/legislacao/plano-de-desenvolvimento-institucional/>>. Acesso em: 15 mai. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. LEGISLAÇÃO. PRÓ-REITORIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL. 2016. Disponível em <http://www.ufjf.br/proae/servicosocial/modalidades-de-assistencia>. Acesso em: 13 mar. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. LEGISLAÇÃO. PRÓ-REITORIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL. 2016. Disponível em <<http://www.ufjf.br/proae/psicologiaepedagogia/grupo-fora-de-casa/>>. Acesso em: 23 abr. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. REGIMENTO ACADÊMICO DA GRADUAÇÃO. Disponível em: < <http://www.ufjf.br/prograd/files/2016/01/RAG-REVIS%C3%83O-APROVADA-EM-REUNI%C3%83O-DO-CONGRAD-NO-DIA-25-01-2016.pdf>> p. 15-16. Acesso em: 11 fev. 2016.

VASCONCELOS. Simão Dias; SILVA. Eduardo Gomes. **Acesso à universidade pública através de cotas:** uma reflexão a partir da percepção dos alunos de um pré- vestibular inclusivo. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.13, n.49, p. 453-468, out./dez. 2005

VIEIRA. Bianca. M.C. **Do escravismo às políticas de ações afirmativas:** o negro cotista na Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora. 2014.

APÊNDICE : ROTEIRO DE ENTREVISTA

O presente trabalho orienta-se pelo seguinte problema de pesquisa: *quais são, na perspectiva dos universitários negros cotistas, as principais dificuldades por eles enfrentadas para se manterem na universidade?*

O seu objetivo geral é reconhecer e analisar, a partir da percepção dos alunos da Universidade Federal de Juiz de Fora, as principais dificuldades enfrentadas por negros cotistas para se manterem na universidade.

Os objetivos específicos do estudo são:

- **reconhecer, a partir da revisão bibliográfica, as características socioeconômicas do universitário cotista;**
- **reconhecer, na perspectiva de negros cotistas, graduandos da UFJF, as principais dificuldades para sua permanência na universidade;**
- **analisar tais dificuldades, relacionando-as às iniciativas de apoio estudantil da UFJF.**

Idade:

Gênero: () Masculino () Feminino

Possui outra formação superior? Se sim, em qual área? Não possui

Estado civil:

() Casado(a) () Solteiro(a) () Divorciado(a) () Viúvo(a) () Outro: -

Possui filhos?

() Sim. Quantos? _____ () Não

Renda familiar estimada:

Quantos membros integram sua família?

Você é natural de Juiz de Fora ?

Se não, de onde você é?

Mora com os pais?

Se não, em que configuração?

Você trabalha?

Realiza estágio?

É bolsista em alguma modalidade?

Se sim, qual?

Você apresenta algum engajamento de natureza social ou política?

() Sim () Não. Se sim, de que natureza? _____

01. Me fale um pouco de sua trajetória anterior à entrada na UFJF
02. O que você destaca como fator determinante para sua entrada na universidade?
03. Qual foi sua percepção inicial sobre a dinâmica universitária?
04. Quais as principais dificuldades de natureza **econômica** você enfrenta (ou enfrentou) para se manter na universidade?
 - 04a. Quais as iniciativas de auxílio, promovidas pela UFJF nesse segmento, que você conhece?
 - 04b. Como você as avalia? (Solicitar pontos fortes e fracos)
05. Quais as principais dificuldades de natureza **pedagógica** você enfrenta (ou enfrentou) para se manter na universidade?
 - 05a. Quais as iniciativas de auxílio, promovidas pela UFJF nesse segmento, que você conhece?
 - 05b. Como você as avalia? (Solicitar pontos fortes e fracos)
06. Quais as principais dificuldades de natureza **relacional** (relativas a familiares, colegas de turma e docentes) você enfrenta (ou enfrentou) para se manter na universidade?
 - 06a. Quais as iniciativas de auxílio, promovidas pela UFJF nesse segmento, que você conhece?
 - 06b. Como você as avalia? (Solicitar pontos fortes e fracos)
07. Como você avalia, de modo global, a política de apoio estudantil da UFJF?
08. Quais impactos a graduação promoveu ou promoverá em sua trajetória (como indivíduo, cidadão e profissional)?